

DOCUMENTOS

Os encantos do arquivo e os trabalhos do historiador

Reflexões a partir da Coleção Marquês de Valença

Eide Sandra Azevêdo Abrêu¹

RESUMO: Neste artigo, a partir da experiência de leitura e catalogação dos documentos da Coleção Marquês de Valença, do Museu Paulista, são desenvolvidas reflexões em torno de questões referentes às relações entre sujeito e objeto do conhecimento histórico. Por meio da exploração de versões da biografia de Estevão Ribeiro de Rezende, marquês de Valença, feitas pelo filho, são apresentados elementos para refletir sobre diferentes opções de narrativa histórica e suas implicações na relação do historiador com as fontes, com os homens do passado, e com os leitores do seu próprio tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos Pessoais. Escrita da História. Estevão Ribeiro de Rezende (1777-1856). Estevão Ribeiro de Souza Rezende (1840-1909).

ABSTRACT: In this article reflections will be developed about issues concerning to the relations between subject and object of historical knowledge, from the reading experience and cataloging the documents of Coleção Marquês de Valença, of Museu Paulista. Through exploration of versions of Estevão Ribeiro de Rezende's biography made by his son Estevão Ribeiro de Souza Rezende, elements are presented in order to think about different options of historical narrative, and its implications on the relation established by the historian with the sources, men of the past and readers of his own time.

KEYWORDS: Personal Files. Writing of History. Estevão Ribeiro de Rezende (1777-1856). Estevão Ribeiro de Souza Rezende (1840-1909).

1. Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em História do Imaginário no Museu Paulista da USP. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: <eideabreu@uol.com.br>. A autora agradece à Universidade Estadual de Maringá pelo afastamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

Este artigo apresenta reflexões elaboradas no interior da experiência de leitura e catalogação dos documentos textuais da coleção Marquês de Valença, do Museu Paulista, trabalho que fez parte do desenvolvimento do meu

2. Há 855 documentos, sendo alguns deles cadernos de centenas de páginas.

3. No início da segunda parte deste artigo, há mais informações sobre a coleção.

4. Carta de Lydia de Souza Rezende, Piracicaba, 5 maio 1918, que se encontra no Arquivo Permanente do Museu Paulista. Fundo Museu Paulista. Grupo: Direção e Administração. Série Correspondência. Pasta 104, p. 1-2. Nesta e nas demais citações de documentos, a ortografia foi atualizada.

5. *Idem*, p. 3.

6. *Idem*, 31 maio 1918, p. 1. Devo a Vera Lúcia Nagib Bitencourt o acesso às cartas citadas de Lydia de Souza Rezende.

7. Não se trata, rigorosamente, de um fundo. Como já assinalou Carlos Eduardo de Oliveira França (2005, p. 33-34), o conjunto “não contém somente documentos selecionados pelo próprio Estevão Ribeiro, que por sua vez foram reorganizados por seus familiares, mas também congrega fontes que foram adicionadas pela família do titular”. É conjunto de documentos a que melhor convém, portanto, a denominação de coleção.

pós-doutoramento nessa instituição. Trata-se de uma coleção bastante volumosa², que cobre um período bem mais extenso do que o da vida de Estevão Ribeiro de Rezende (1777-1856), com documentos que vão desde a primeira metade do século XVIII até o final do século XIX³.

Foi doada ao Museu Paulista por Lydia de Souza Rezende, neta do marquês, na ocasião em que seu primo Affonso d’Escragnolle Taunay, então diretor da instituição, fazia preparativos para as comemorações do centenário da Independência. A coleção fazia parte do arquivo de Estevão Ribeiro de Souza Rezende (Barão de Rezende), filho do Marquês e pai de Lydia, e tinha, na opinião dela, expressa em carta de 5 de maio de 1918, elementos que seriam úteis para a história da Independência e para um enriquecimento das próprias exposições do Museu. Nessa carta, que foi endereçada a Taunay, ela comenta a sua intenção de mostrar-lhe, como a “um entendido”, “os documentos importantes que possuo, guardados com carinho do arquivo de meu pai”, entre os quais o primo “encontrará muita coisa que lhe interessará e que vão servir para aumentar e completar a história da nossa Independência”⁴. Os documentos também serviriam possivelmente para a realização dos planos de Taunay de expor documentos da história da Independência:

O Primo foi bem inspirado e louvo a sua ideia de fazer à semelhança do Museu Carnavalet em Paris (que visitamos), a exposição de documentos da história da Independência; e o Museu do Ipiranga está talhado para isso, pois quando lá fui – há já bem anos – a grande sala do quadro de Pedro Américo estava vazia, despida, apenas uns quadros de Almeida Junior”⁵.

Inicialmente, Taunay deliberou conferir à coleção o nome da própria Lydia, como consta em carta que ela lhe escreveu em 31 de maio de 1918, em que agradece “pelo bom acolhimento que fez de tão preciosos documentos e ainda mais por ter deliberado dar a esta coleção, o meu modesto nome”⁶. Não tenho elementos para saber se a intenção do diretor do Museu chegou a concretizar-se. Se isso ocorreu, em algum momento posterior houve a mudança do nome da coleção para Fundo⁷ Marquês de Valença, com o qual está disponível nos dias de hoje para consulta.

O trabalho de catalogação que realizei foi proposto no interior do projeto de pesquisa que visava retomar, por meio de bibliografia e de fontes textuais, a dinâmica da luta política de que resultou o Ato Adicional de 1834. Tal proposta tinha o intuito de problematizar uma versão, predominante na historiografia do século XX, que reproduziu a visão formulada por autores de textos políticos do século XIX a respeito daquela reforma da Constituição de 1824. Segundo o vértice de interpretação adotado por esses autores, o Ato Adicional teria sido um marco na história do Império brasileiro, em razão de que, por meio dele, ter-se-ia realizado uma descentralização política que significaria a institucionalização das propostas liberais para a organização do Estado.

Na própria bibliografia existente sobre o período, ao mesmo tempo em que identifiquei essa demarcação, levantei a possibilidade de interpretar a

reforma da Constituição, em 1834, de uma maneira mais profunda, e de supor a existência de uma proximidade entre a versão predominante na historiografia e as elaboradas por frações liberais que participaram da intensa luta política do período. Em texto de Paulo Pereira Castro, encontrei uma consideração mais nuançada das disputas políticas, bem como a atribuição, ao Ato Adicional, de um significado oposto ao destacado na mencionada interpretação prevalente: ao invés da realização máxima das reivindicações por autonomia local, o Ato teria significado uma diminuição dessa autonomia, porque teria implicado uma submissão dos municípios às assembleias provinciais, contrariando as reivindicações de maior autonomia municipal por parte dos liberais “exaltados”⁸. O Ato Adicional teria, assim, significado uma derrota desses liberais, que teriam sido vencidos por uma outra fração: a dos liberais “moderados”.

A partir dessa percepção de, possivelmente, serem as lutas políticas que se desdobraram na aprovação do Ato Adicional mais complexas do que apareciam em muitos textos, é que me propus a pesquisar mais detalhadamente o período, de modo a perceber minuciosamente a diversidade dos posicionamentos das diversas frações liberais que participaram dos debates em relação à organização do Estado, e o que significou precisamente a reforma, para cada uma delas. Além disso, propus-me a investigar a ligação entre esses diferentes posicionamentos e os interesses constitutivos no mercado⁹ naquele período.

Tendo em vista resgatar essa complexidade da dinâmica histórica do início da década de 1830 – e a possível afinidade da historiografia com a memória de frações envolvidas no próprio desenrolar dos enfrentamentos –, é que minha atenção se voltou para as coleções textuais do Museu Paulista, e me dispus a fazer uma exploração minuciosa dos documentos da Coleção do Marquês de Valença, político que, no período dos debates mencionados, foi senador do Império, tendo laços profundos com José da Costa Carvalho, um dos membros da Regência Trina Permanente.

No desdobrar-se da leitura dos documentos, dei-me conta de que apenas uma pequena parte da coleção se relacionava diretamente com o assunto do projeto. Entretanto, esse aparente desencontro deu ensejo a outras descobertas, pertinentes à história do Império, mas também à minha própria constituição como pesquisadora de história política.

Entrar em contato prolongado com esses documentos (diretamente ou por meio de fotografias digitais), para o trabalho de catalogação, foi uma experiência extremamente significativa, porque me permitiu aprofundar e refinar as minhas noções pertinentes ao trabalho de pesquisa, à relação do historiador com o passado e à importância e densidade específicas dos documentos textuais, manuscritos e impressos. Trata-se, imagino, de um aprimoramento que não poderia ter-se realizado de outra forma que não esta: o trabalho com um volume grande de documentos direta ou indiretamente referenciados a um mesmo personagem – a respeito de quem eu sabia pouco – e cujo conteúdo apenas em parte tinha relação imediata com o projeto de pesquisa que inicialmente eu havia proposto. Li parte desses textos com o espírito quase completamente desarmado¹⁰, uma vez

8. Cf. Paulo Pereira Castro (1967, p. 28-30).

9. Os vínculos entre o “jogo do poder” e o “jogo do mercado”, no período entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX no Brasil, são investigados por Cecília Helena de Salles Oliveira, em *A astúcia liberal* (1999).

10. Eu já havia tido contato com fontes textuais para a realização de outros trabalhos. Mas nunca por um período tão prolongado; e não com a abertura de espírito produzida pela situação específica criada pelo trabalho de catalogação.

11. Na Coleção Marquês de Valença, há alguns documentos que apresentam características que os distanciam dos estudados por Arlette Farge: foram produzidos pelo filho, com a intenção de publicação. Mas a maior parte é de documentos que podem ser aproximados aos estudados pela historiadora francesa, pois constituíram expressão de pessoas que não tinham intenção de dar publicidade ao que estavam escrevendo.

12. Tradução livre. O arquivo, segundo a autora, “force la lecture, ‘captive’ le lecteur, produit sur lui la sensation d’enfin appréhender le réel. Et non plus de l’examiner à travers le récit sur, le discours de”; cf. Arlette Farge (1989, p. 14).

13. Tradução livre para o trecho: “Naît le sentiment naïf, mais profond, de déchirer un voile, de traverser l’opacité du savoir et d’accéder, comme après un long voyage incertain, à l’essentiel des êtres et des choses. L’archive agit comme une mise à nu; ployés en quelques lignes, apparaissent non seulement l’inaccessible mais le vivant”; cf. idem (p. 14-15).

que não estava preocupada apenas em encontrar elementos que me ajudassem a desdobrar as suposições iniciais do projeto de pesquisa – não estava em busca apenas de confirmação ou invalidação das minhas conjecturas; e, assim, meu espírito se abriu para o contato aberto com conteúdos os mais inesperados.

Foi no interior dessa experiência, a partir do contato com o material com que lidei diariamente, que se constituíram as formulações que seguem, pertinentes à relação do historiador com os homens do passado que estuda, e aos recursos de escrita da história.

Os encantos dos documentos pessoais
e a vitalidade do trabalho do historiador

A experiência de ler e catalogar os documentos da Coleção Marquês de Valença, repetida diariamente por vários meses, permitiu-me, em primeiro lugar, alcançar uma percepção do tempo histórico que, de outra forma, não poderia obter. Lidar cotidianamente com documentos de pessoas mortas há muito tempo, e que tinham, portanto, sua antiguidade posta de maneira facilmente visível, em sua superfície, foi como manusear, pegar com as mãos o próprio tempo. Essa substância tão impalpável como que adquiria presença material, com cor, textura, cheiro.

Na medida em que mergulhei na leitura, fui me dando conta da potente vivacidade que, apesar da distância temporal, estava contida em muitos dos documentos. Os mais burocráticos, como as cartas-patentes, os requerimentos e as certidões, podem até transmitir a impressão de vestígio inerte do passado. Mas, na maior parte dos casos, eu não sentia como se estivesse, ali, diante de coisas mortas, e sim, diante de partes da vida passada; senti-me diante de vida impressa em papel. Tive uma sensação semelhante à que depois encontrei descrita no livro *Le goût de l’archive*, de Arlette Farge, quando a autora expõe reflexões sobre sua experiência com arquivo judiciário¹¹: a “sensação de enfim apreender o real”¹². Da experiência no arquivo, diz Farge,

nasce o sentimento singelo, mas profundo, de rasgar um véu, de atravessar a opacidade do saber e de ter acesso, como depois de uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas. O arquivo age como um desnudamento; contidos em algumas linhas, aparecem não somente o inacessível, mas o vivo¹³.

A “descoberta do arquivo”, continua a historiadora, em palavras que também me parecem apropriadas para a experiência que tive com a Coleção Marquês de Valença,

parece realizar um milagre, o de ligar o passado ao presente; descobrindo-a, surpreendemo-nos pensando que não trabalhamos mais com os mortos (a história é certamente em primeiro lugar um reencontro com a morte), e que a matéria é tão sutil que solicita simultaneamente a

afetividade e a inteligência. Sentimento raro esse repentino encontro com existências desconhecidas, acidentadas e plenas, que misturam, como para melhor confundir, o próximo (tão próximo) e o distante, o morto¹⁴.

Um dos documentos que me possibilitaram sentir uma ligação com o passado tão intensa quanto essa expressa por Arlette Farge foi a cópia¹⁵ de algumas cartas que Estevão Ribeiro de Rezende recebeu de seu concunhado, o coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, comentando os conflitos com os Andrada, na época da Independência em São Paulo, desentendimentos que se traduziram num enfrentamento que ficou conhecido como “bernarda de Francisco Inácio”. O ódio pelos Andrada, expresso por esse homem em tais cartas, faz reviver com intensa vivacidade um fragmento dos conflitos paulistas em momento imediatamente anterior à Independência. Mas outros documentos, como os referentes às experiências sofridas de Rezende em Palmela¹⁶, como juiz de fora, durante o período da invasão francesa a Portugal, ou as várias cartas (existentes na coleção) de personagens diretamente envolvidas nas tensas lutas das diversas províncias do Império¹⁷, também fizeram envolver-me momentaneamente em tramas que me pareceram muito vivas.

Nesses documentos, são fragmentos da existência desses homens que se reencontram. São suas práticas, suas teorias, suas emoções expressas de modo direto¹⁸. Não estou reivindicando, com isso, um estatuto positivo para os documentos. Arlette Farge considera que a sensação de “tocar o real”, produzida pelo contato com o arquivo, pode levar à ilusão de se estar diante da sua própria essência¹⁹. Concordo que haja esse risco, e não estou propondo deixar de evitá-lo. Para mim, o valor dos documentos não provém de trazer, incrustada neles, uma realidade essencial. Pelo contrário, penso que contêm fragmentos dos sentidos, paixões e preocupações que moveram os homens do passado, fragmentos que, em si, não constituem o real. Mas fizeram parte dele e, neste sentido, são muito valiosos para o historiador.

É claro que, para apreender camadas mais profundas do sentido de muitos desses documentos, é imprescindível buscar referências, sobre o período a que pertencem, em textos escritos por historiadores e também, principalmente, em outras fontes. A existência de tais documentos não esteve separada da de tramas diversas que, na medida do possível, é preciso buscar conhecer, e isso por intermédio de outras referências que nos ajudem a aprofundar e adensar o seu sentido. Mas penso que também é importante ter todo o cuidado para não sufocar – em amarras de conceitos fechados, modelos teóricos e, até, de questões formuladas previamente – a vivacidade encontrada em tais fontes. As questões a priori são importantes para ajudar o pesquisador a prosseguir, mas não podem ser tomadas como direcionadoras únicas da investigação, como mapas que definam rigidamente os caminhos a serem seguidos. Talvez pareça algo simples, o abrir-se para as descobertas que o trânsito pelas fontes possa trazer. Mas não o é. A experiência em pesquisa ensina o quanto as concepções que temos prontas em nossa mente muitas vezes dificultam a percepção daquilo que não corresponde

14. Tradução livre para o trecho: “Sembler accomplir un miracle, celui de rattacher le passé au présent; en la découvrant, on se prend à penser qu'on ne travaille plus avec les morts (l'histoire est certainement d'abord une rencontre avec la mort), et que la matière est si agüe qu'elle sollicite simultanément l'affectivité et l'intelligence. Sentiment rare que cette soudaine rencontre avec des existences inconnues, accidentées et remplies, qui mêlent, comme pour mieux embrouiller, le proche (si proche) et le lointain, le défunt”; cf. *idem* (p. 15).

15. Ver Códice D 883.

16. São os documentos D 974 a D 974 (33), pertinentes ao próprio exercício do cargo durante a invasão napoleônica, e os documentos D 976 a D 976 (10), que são os produzidos a pedido de Estevão Ribeiro de Rezende tendo em vista provar os seus bons serviços e sua fidelidade à coroa portuguesa. Mantive, na identificação dos documentos, a numeração constante nas fichas a eles pertinentes. Nessa identificação, o número que às vezes vem entre parênteses refere-se à posição que o documento ocupa numa série de que faz parte. Certas vezes, o primeiro documento da série recebe nas fichas o número (1); outras vezes, apresenta-se somente com o número principal. É o caso de D 974 e D 976, os documentos mencionados nesta nota, primeiros de uma série de vários. Em casos como esses, a numeração que designa a posição na série começa no segundo documento.

17. Tais como os documentos D 877; D 878; D 559 a D 561; D 564; D 566 a D 568; D 548; D 1051 e D 1055; D 767 e D 768.

18. Há, como ressalta Luciana Heymman (1997) em relação ao arquivo de Filinto

Müller, a mediação dos indivíduos que atuaram para que os documentos fossem preservados, e daquela maneira específica. Há também a mediação das intenções do próprio titular do arquivo, como ressalta Priscila Fraiz (1998) em relação ao arquivo de Gustavo Capanema. Levando-se em conta essas interferências, pode-se, de qualquer forma, ter um contato com expressões significativas e intensas dos homens do passado. Aliás, tais intervenções tornam-se, elas próprias, parte da realidade dos documentos investigados, constituindo, assim, expressões de intenções a serem necessariamente consideradas no decorrer da pesquisa.

19. Cf. Arlette Farge (1989, p. 18-19).

20. Ver Henry Rousso (1996).

21. Expressões de Henry Rousso (1996, p. 88).

22. São palavras de Arlette Farge (1989, p. 147), apud Henry Rousso (1996, p. 88).

23. Ver Christophe Prochasson (1998).

24. Idem, p. 114.

25. Idem, p. 116.

26. Idem, p. 105.

27. Idem, p. 106-107.

a elas. É preciso atentar para isso, tendo em vista ampliar as nossas possibilidades de conhecimento efetivo.

Teorizações prévias são importantes como delineamentos provisórios dos sentidos a encontrar, mas não podem sobrepor-se àquilo que é visto pelo pesquisador em seu percurso pelos documentos. Como alerta o historiador Henry Rousso, é preciso muita cautela para que nosso apreço por formulações teóricas específicas não termine por sepultar as descobertas neles presentes²⁰.

Para não submeter a riqueza das fontes textuais a operações de teorização enrijecedoras, é necessário, penso eu, preservar bem viva a atividade de pesquisa no arquivo, isto é, cuidar o máximo possível para que seja aberta à experiência da interação entre o pesquisador e os seus "outros", que são os homens do passado. E para conservar essa vivacidade me parece fundamental que não se tenha muita preocupação em controlar as emoções que as fontes nos provocam. Só assim pode acontecer o valioso "encontro entre duas subjetividades", para o qual o historiador precisa desenvolver uma "forma particular de sensibilidade à alteridade"²¹. Só assim podem ser colhidos frutos significativos do "errar através de palavras alheias"²².

Não pretendo, com essas considerações, afirmar que o conhecimento histórico deva deter-se nas emoções vividas no arquivo. Penso, contudo, com base na experiência com a Coleção Marquês de Valença e nos autores citados, que é preciso tomar cuidado para não voltar para alguém delas. Neste sentido, parecem questionáveis formulações, como as de Christophe Prochasson, em texto cujo próprio título já revela uma certa ridicularização do valor dos arquivos privados: "'Atenção: verdade!' Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas"²³.

O autor combate a "pressa em apontar o autêntico na fonte pessoal", dizendo que isso "faz parte de um discurso ingênuo sobre os arquivos privados"²⁴. Chama a atenção especialmente para o que existe de social na produção de diários, buscando deles retirar os "encantos enfeitiçadores"²⁵.

A intenção de Prochasson é combater o enaltecimento dos arquivos privados como fontes da verdade. Entretanto, para fazer isto, termina por sugerir procedimentos que parecem problemáticos, tendo em vista que implicam um afastamento do historiador em relação àquilo que ele estuda.

Na construção de seu argumento, o autor ressalta inicialmente a ocorrência de uma "mudança fundamental de sensibilidade historiográfica", em virtude da banalização do uso das fontes privadas, que teriam deixado de ser vistas apenas como "fontes excepcionais capazes de acrescentar um pouco de sal a uma narrativa austera ou de fornecer (enfim!) a chave do mistério da criação"²⁶. Com o "desenvolvimento da história cultural e da história das elites", tais fontes teriam sido supervalorizadas como as mais autênticas, tendo em vista que, diferentemente das fontes administrativas e das obras escritas, elas não teriam a intenção da publicidade²⁷.

Nas correspondências privadas, especialmente, os historiadores buscariam "desvendar uma espécie de verdade", que estaria ausente das

manifestações públicas dos homens por eles estudados; buscariam, com elas, “fazer caírem as máscaras”²⁸. Mas existiriam, diz Prochasson, armadilhas nessas promessas de autenticidade ou de verdade vistas nas correspondências. Essa expectativa dos historiadores seria às vezes enganosa: “Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos”²⁹.

O historiador precisaria estar atento a tais armadilhas presentes nos arquivos pessoais, de modo a não considerá-los como fontes de verdade e autenticidade em si mesmos. E, nessa ordem de preocupações, o modo apropriado de lidar com as fontes pessoais requer, segundo Prochasson, uma ruptura da relação afetiva com o material, o que implica a adoção de procedimentos – a classificação das fontes, por exemplo – que garantam uma maior frieza no tratamento delas:

*Romper a inevitável relação afetiva que se estabelece entre o historiador e o seu material epistolar (do qual brotam muito mais emoções e comparações consigo próprio do que das séries estatísticas ou dos documentos administrativos) passa pela objetivação desse material, pela sua construção como fonte. A separação das correspondências por gênero ou por categorias socioculturais é aparentemente um dos caminhos mais eficazes*³⁰.

Essa proposta de apreciação mais fria dos arquivos pessoais vem acompanhada por uma certa ironia, utilizada pelo autor para referir-se a “modelos de análise em que os indivíduos desempenham um papel importante”:

Esperamos assim encontrar os motivos das suas ações nos vestígios escritos que eles deixaram, por detrás das suas ações públicas, por detrás das suas obras ou dos seus trabalhos. Em associação com uma cultura política sensível à fala dos pobres, e muitas vezes em sintonia com um regionalismo militante que também se opõe à monopolização da fala pelo centro parisiense, voltou-se a dar vida a escritos privados que jaziam no fundo dos armários ou dos sótãos³¹.

O historiador tem razão ao chamar a atenção para a necessidade de não tomar fontes pessoais como propiciadoras de informações absolutas. Entretanto, parece-me que a saída que encontra para lidar com as emoções produzidas por essas fontes recua a procedimentos de interpretação que já foram muito (e apropriadamente) questionados, procedimentos balizados por uma repetição de preconceitos positivistas em relação à presença de sentimentos no trabalho do conhecimento.

Prochasson pensa ser necessário adotar recursos que impeçam grande envolvimento, garantindo o distanciamento e o domínio do historiador sobre todo o processo de pesquisa. Trata-se de produzir barreiras que afastem o pesquisador do “perigo” do envolvimento emocional com as fontes. Desse modo, parecem ressoar, em suas palavras, as advertências de Auguste Comte quando, na primeira lição do seu *Curso de Filosofia Positiva*, afirmava que “todo estado de paixão

28. Idem, p. 111.

29. Idem, p. 111-112.

30. Idem, p. 112; grifo meu (ESAA).

31. Idem, p. 113.

32. Cf. Auguste Comte (1978, p. 14).

33. A associação aqui feita inspira-se nas reflexões desenvolvidas por Max Horkheimer e Theodor Adorno em *Conceito de iluminismo* (1983, p. 89-116).

34. Digo “nossa” levando em conta a experiência da minha geração, nascida em torno de 1970. Essa concepção não parece ser tão forte na nova geração da classe média. Mas também para ela possivelmente pareçam até engraçadas as observações do conselheiro.

35. Cf. Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1943, p. 74-75); grifos meus (ESAA). Barbosa de Oliveira, filho de “honrado pai”, após livrar-se definitivamente dos “escolhos”, viria a casar-se com Isabel Augusta de Souza Queiroz, filha do coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, sobrinha de Ilidia Mafalda de Souza Queiroz (esposa do então conde de Valença), que, em agosto de 1846, enviou ao pai de Albino Barbosa de Oliveira um bilhete iniciando as negociações do casamento tão vantajoso para o então desembargador; cf. *idem*, p. 168-169. Segundo narrou, quando surgiu a oportunidade desse casamento, ele tinha acabado de livrar-se da “pestífera calamidade” que seria a realização de projeto de casamento com Maria Meireles; cf. *idem*, p. 165.

36. Vemos, nos relatos do conselheiro brasileiro, a oposição que Hobsbawm ressaltou no “mundo burguês” de 1848 a 1875, em que se buscava evitar a entrega à paixão amorosa, tendo em vista não comprometer o estabelecimento de ligações úteis para o fortalecimento dos negócios. Quando comenta a moralidade dos países católicos, em que se tolerava um comportamento duplo por parte dos homens, o historiador assinala que essa tolerância residia

muito pronunciado [...] necessariamente é incompatível com o estado de observação”³².

Trata-se de uma prevenção contra o envolvimento emocional que, no âmbito do conhecimento, repercute as recomendações de distanciamento que faziam parte das conveniências burguesas do século XIX³³.

Tais recomendações são encontráveis em passagens da autobiografia do Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, nos trechos em que relata o afastamento de mulheres por quem se encantou, mas que não significavam para ele a possibilidade de um casamento vantajoso. Ele se refere a esses momentos como verdadeiros livramentos de perigos fatais. Narra, em certa altura do texto, a partir da ida a um baile na cidade do Porto, onde passava férias, uma série de “salvamentos” desse tipo, cuja menção nos parece até cômica, caso repetida hoje, haja vista nossa atual valorização das relações amorosas como canais de realização pessoal³⁴. O conselheiro Albino diz ter dançado com

senhoras da boa sociedade portuense. A primeira foi D. Miquelina, filha do Bento Ribeiro de Faria, menina de 18 anos, bem educada, e esse simples acontecimento produziu relações amorosas que teriam acabado de outro modo, se não estivesse assim talhado no céu. Eu era muito impressionável; já em Coimbra, criança de 18 anos, eu me apaixonei por uma senhora, filha da minha madrinha, que tinha mais cinco anos do que eu. *Passei por muitos perigos de que me salvou a providência* [...]

Em S. João d’El Rei e na Cachoeira, onde me demorei, ali quatro meses e vinte dias, aqui seis meses e vinte e oito dias, já começava a ter inclinações, quando as remoções obstaram tudo. Em Caravelas passei seis anos sem perigo, mas nas vésperas de minha retirada devo à minha virtude, Proteção Divina, escapar de fazer um casamento, que me teria infelicitado. A menina era formosa, de excelente família, *mas sem educação e sem fortuna*. Em Nazaré não tive ligação alguma, mas nesse tempo preparavam-me na Bahia um casamento, a que eu acedi, fascinado já pelas graças da moça, já pelo aparato de uma fortuna que se me ostentava importantíssima, e que aliás nada era. Meu honrado pai, opunha-se com todas as forças, pois a prometida noiva, conquanto de sangue muito limpo, não era filha legítima. *Desse escolho me livrou a Providência*. A tal noiva estava prevenida já a favor doutro pretendente, o que o pai ignorava, e eu, descobrindo isso, renunciei. Ainda tive outros *escolhos iguais*, mas para não preterir a ordem dos fatos, falarei deles oportunamente³⁵.

Do mesmo modo que Albino Barbosa de Oliveira temia uma paixão que viesse a arruinar seus planos de sucesso e riqueza³⁶, Christophe Prochasson, já citado, argumenta como um historiador temeroso dos encantos das fontes pessoais. Com receio de aonde esses encantos o possam levar, recua e lança mão da segurança dos recursos de distanciamento, crente na possibilidade de objetividade e de separação entre sujeito e objeto do conhecimento. Isto com a intenção de restabelecer as condições de domínio sobre o objeto.

Para ir além desse recuo amedrontado, parece-me importante levar em conta problematizações que foram elaboradas por Adalberto Marson³⁷, pois, no meu modo de ver, sinalizam perspectivas de trabalho historiográfico muito frutíferas.

Marson problematiza algo que, no texto citado de Prochasson, é tido como natural, não merecedor de questionamento: o exercício de poder inerente às operações da ciência, na sociedade capitalista. Para o autor, há um dilema no trabalho do cientista,

que procura tenazmente aproximar sua bagagem teórica, com seus métodos, projetos e locais de trabalho, de uma prática que se lhe apresenta estranha, algo a dominar, uma coisa que ele retira do estado enigmático ou de ignorância para a condição útil e inteligível do saber na sociedade que o requer. Reconhecer esses “compromissos” é também constatar que, sem este exercício refinado de poder, todo o trabalho científico, todo o trabalho intelectual em geral, toda a busca e apropriação de saber, não teria sentido numa sociedade capitalista, que precisa deste saber instrumentalizado como elo fundamental na alienação entre o pensar e o agir (problemática da *ideologia*)³⁸.

Tal poder implícito no saber historiográfico estaria relacionado com a precedência, para o historiador, da teoria, e com a crença na coincidência da teoria com o real³⁹ – na possibilidade de que o real seja “dominado” por meio das operações do saber.

Essa posição de domínio do historiador em relação ao seu “objeto”, entretanto, adverte Marson, carrega consigo uma outra face, que é a do historiador objeto da memória já estabelecida, que impõe temas, e interpretações, já definidos:

Se antes ficou evidenciada a figura do sujeito (historiador/professor) diante de seu objeto, agora a preocupação é mostrar a outra face: o historiador aparecendo ele mesmo como objeto, apropriado por um processo de constituição de conhecimento sobre a história em que ele trabalha com temas e interpretações já definidos, nos seus elementos essenciais, no momento de formação da memória de um determinado passado. O passado deixa, então, de ser mero objeto manipulado pelo historiador – simples memória registrada em documento – e decide poderosamente no que será dito sobre ele, num movimento de autorrecriação. No ato, aparentemente corriqueiro, de ter vivido ou presenciado um acontecimento, o protagonista cria a versão sobre ele. A capacidade de esta versão perdurar, de ultrapassar a mera imagem parcial de um testemunho, para se tornar elemento de interpretação, dependerá da capacidade de poder exercida pelo protagonista, das lutas e contradições entre os diversos protagonistas ao longo da criação histórica. Não há, portanto, condições de separar sujeito e objeto no procedimento histórico⁴⁰.

Crente em dominar o passado por meio das operações de conhecimento que reproduz sem questionar, o historiador corre o risco de se transformar ele próprio em ente sem vitalidade, inerte, objeto do passado, na medida em que se sujeita à repetição do já pensado, do já dado como sabido. O saber cristalizado, morto, prevalece sobre o vivo⁴¹.

Constituir a prática de pesquisa como uma prática viva, em que nenhuma das partes envolvidas se paralise na posição de objeto, implica,

numa clara distinção entre a paixão e as relações amorosas contratuais: “Aqui as regras do jogo eram perfeitamente entendidas, incluindo a necessidade de uma certa discrição nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudessem ser ameaçadas: paixão, como qualquer italiano da classe média ainda conhece, é uma coisa, ‘a mãe dos meus filhos’ é outra bem diferente”; cf. Eric Hobsbawm (1982, p. 240).

37. Ver Adalberto Marson (1984).

38. Cf. *idem*, p. 41.

39. *Ibidem*.

40. *Idem*, p. 47-48. Encontramos uma dinâmica semelhante a esta, evidenciada por Adalberto Marson, na apontada por Francisco Murari Pires (2010) nas relações entre o historiador Maquiavel e a história de Florença: o historiador se enxerga como senhor arbitrário da escolha dos acontecimentos a serem narrados, em condições em que se encontra submetido à necessidade de agradar ao governante patrocinador do trabalho.

41. E a pesquisa pode transformar-se em parte da gigantesca dança de inversões existente na sociedade burguesa, tal como a caracteriza Claude Lefort, a partir de textos de Marx. No filósofo alemão, o francês indica a noção de que a sociedade burguesa estaria marcada por uma “dança macabra”, pautada em inversões em que o morto domina o vivo: “O universo da sociedade burguesa, da sociedade ‘histórica’, da sociedade que se institui em horizontes puramente sociais, pela destruição continuada de todo estabelecimento fixo e que se torna inteligível por si mesma, revela-se contraditoriamente ‘um universo enfeitado, pervertido, um mundo sem pé nem cabeça onde o

Senhor Capital e a Madame Terra, caracteres sociais ao mesmo tempo que simples coisas, entregam-se à sua dança macabra' (I, p. 1438). Esta dança macabra já era a do 'monstro mecânico' do grande autômato [a fábrica mecanizada]: a dança febril e vertiginosa de seus órgãos. Mas como aparece muito mais complicada, mais estranha, quando vemos o gigantesco conjunto de membros do monstro encher, muito mais do que 'edifícios inteiros', a sociedade em seu conjunto, quando órgãos inconscientes e conscientes não são mais máquinas e indivíduos, mas relações sociais transformadas em coisas". Cf. Claude Lefort (1990, p. 237).

42. Cf. Adalberto Marson (1984, p. 48-49).

43. Idem, p. 56.

44. Encontramos aqui, no âmbito da pesquisa historiográfica, a proposição da alteração das condições de sujeito e objeto, proposição também feita, no âmbito da psicologia social, por Ecléa Bosi (1994) e Paulo de Salles Oliveira (1999).

conforme indica Marson, passar a perceber as formulações teóricas numa relação constitutiva da prática⁴², requerendo que, face ao objeto, o pesquisador assuma uma posição não apenas de domínio, mas que comporte, também, em momentos da pesquisa, reconhecer-se na posição de objeto.

Não se trata de inventar uma outra postura. Mas de admitir que a posição de objeto também é ocupada pelo historiador. Isto porque, ao defrontar-se com documentos, não está lidando apenas com coisas inertes. Por meio desses objetos, os homens do passado projetaram para o futuro verdadeiros "atos de poder", por estabelecerem seleções sobre o que é relevante lembrar, e também por tais seleções implicarem, muitas vezes, uma explicação pronta sobre o que aconteceu⁴³. Ao mesmo tempo que revelam aspectos dos acontecimentos passados, esses documentos podem constituir armadilhas que impeçam uma interpretação autônoma do historiador em relação àquilo que pretende, ele próprio, narrar. E, para escapar dessas ciladas, é infrutífero que o historiador se esmere em criar instrumentos, procedimentos de afastamento. Não se prender nesses ardis implica pensar, inclusive, na forma como eles se constituem, e em que eles consistem. Se existem armadilhas no documento, elas fazem parte do seu próprio existir, e cabe ao historiador buscar desvendá-las. Para tanto, precisa passar por elas, ser momentaneamente objeto delas, para poder pensá-las e ir além delas⁴⁴.

Abordar um conjunto de documentos como o da Coleção Marquês de Valença a partir de uma perspectiva de distanciamento e de apoderamento pode dificultar as descobertas que esse contato efetivamente possa produzir, facilitando a repetição de formulações e perspectivas já estabelecidas na historiografia. Pode, também, dificultar a percepção dos meandros da própria composição da coleção, fortemente marcada pelo trabalho de Estevão de Souza Rezende, o filho. Alguém interessado, por exemplo, na biografia do marquês feita pelo filho, e que explorasse a coleção imbuído de um espírito de distanciamento e de domínio, certamente daria preferência, entre as versões que ali se encontram, pela mais enxuta, que foi a escolhida por Affonso de Taunay para publicar nos *Anais do Museu Paulista*, em 1922. Como pretendo demonstrar na segunda parte deste artigo, essa é a versão mais objetiva, despojada de elementos afetivos e indicativos dos vínculos do autor com o biografado, não deixando transparecer as intenções políticas do trabalho do filho. Além disso (também demonstrarei), ela não é a mais reveladora da trajetória realizada pelo marquês em sua vida. Essa versão mais condensada é a que melhor corresponde à preocupação em constituir a trajetória do pai de maneira a enaltece-la, num contexto de luta pela constituição de uma memória que destacasse sua relevância histórica, em detrimento da de outros personagens. O trabalho realizado pelo filho até chegar a essa versão final deixou vestígios não muito facilmente (e é provável que não totalmente) identificáveis. Há, por exemplo, documentos que se encontram separados, mas que originalmente constituíram apêndices de uma versão anterior da biografia; sua existência na coleção se deve a fazerem parte do trabalho de Souza Rezende, mas isso fica disfarçado, por estarem desconectados em relação ao texto principal. Notar esses detalhes – de modo a não tomar como dado bruto algo que é resultante de uma intervenção de

terceiros – requer uma disposição para mergulhar nos documentos, desconfiando das aparências que eles possam nos oferecer, mas também abrindo o nosso espírito para um contato efetivo com as expressões que eles contêm.

Adalberto Marson, no texto citado, não trata dos arquivos pessoais, nem do envolvimento de sentimentos do pesquisador na apreciação deles. Mas podemos nos valer de suas reflexões para pensar em nossa relação com os documentos neles contidos. Se têm um “encanto enfeitiçador”, não nos cabe precaver-nos, mas, sim, entregar-nos momentaneamente a tal encanto, como única condição de efetivamente conhecê-los. Faz parte do seu modo de existência esse encanto que produzem. E o historiador só poderá compreender tal fascínio se ele próprio se deixar fascinar. Ceder momentaneamente à atração exercida pelos homens do passado por intermédio de seus documentos pessoais não significa sucumbir definitivamente a eles, abdicando de nossa capacidade de reflexão crítica. Encantar-se com os documentos não quer dizer imaginar que, em cada um deles, esteja a verdade. Significa abrir-se para uma interação viva com eles, com as expressões da vida que neles se encontram, de modo a buscar nexos de um contexto humano passado, permeado por grandezas e misérias, ódios e amores, interesses diversos, e violentos movimentos de imposição de perspectivas – aos contemporâneos e também aos pósteros, entre eles o próprio pesquisador. Penso em algo semelhante ao raciocínio desenvolvido por Peter Gay, que afirma não serem a parcialidade da perspectiva e as emoções do historiador obstáculos para o conhecimento. Diz claramente que *“A paixão, famosa como a ameaça mais prejudicial do historiador, pode se tornar seu bem mais precioso”*⁴⁵. Considera necessário o alcance de uma “distância crítica”, mas apenas como momento posterior ao estabelecimento de empatia. Nisto residiria o paradoxo do trabalho do historiador, relacionado à “coexistência tensa, e todavia fecunda, do engajamento e do distanciamento”⁴⁶:

Tal paradoxo surge porque, ao contrário do cientista natural, o cientista do passado humano é feito da mesma matéria de seus objetos. É o que torna a história a mais frágil dentre as ciências, suscetível a todos os germes carregados pelos ventos da doutrina, e vulnerável às acusações de preconceito ou ideologia, tão familiares. A distância crítica, que para outros cientistas modernos afigura-se como líquida e certa, constitui para o historiador uma árdua vitória sobre a empatia e a ansiedade. A empatia emocional, que não cabe para os outros cientistas, é uma qualidade a ser pacientemente cultivada pelo historiador⁴⁷.

Não entregar-se a isso – e buscar abrigo nas formulações mais que consagradas do saber instituído – pode colocar o historiador na situação dos personagens de *The Others*⁴⁸. Nesse filme de Alejandro Amenábar, Nicole Kidman interpreta Grace, uma mãe que, durante a Segunda Guerra, vive com seus filhos numa mansão às escuras, numa ilha afastada. As crianças têm uma doença que as proíbe de se expor à luz solar. Fugindo de qualquer possibilidade de contato com a claridade natural (nunca duas portas podiam ser abertas ao mesmo tempo), passam, a partir de certo momento, a sentir-se ameaçadas por fantasmas. Durante boa parte do filme, vivem amedrontados pelos mortos que

45. Cf. Peter Gay (1990, p. 179); grifo meu (ESAA).

46. Idem, p. 193.

47. Idem, p. 194.

48. Previno o leitor que não tiver visto o filme de que neste parágrafo será revelado o final.

49. Esse trabalho do filho do marquês de Valença foi muito intenso, haja vista a quantidade de cópias de documentos, de anotações e de rascunhos que se encontram na coleção. Fica muito explícito que houve um esforço bastante significativo, no sentido de fixar na memória pública o desempenho do pai, patenteando a propriedade da concepção da memória como trabalho, que se encontra em Maurice Halbwachs (1990) e em Ecléa Bosi (1994).

50. São os documentos: 901 – publicado por Afonso de Taunay com o título O Marquês de Valença. Esboço biográfico por seu filho o Barão de Rezende. *Annaes do Museu Paulista* (1922, p. 485-499) –, 904 e 905.

51. D 903.

52. A coincidência das condições de memorizador e historiador em Estevão de Souza Rezende confirma a não separação entre memória e história, que se encontra explicitamente formulada em Ecléa Bosi (1994).

53. São pertinentes à política do Império no sentido de referirem-se a ela e, também, no de terem sido elaborados com vistas a uma intervenção em debates nela realizados.

54. Além das três versões da biografia de seu pai, os documentos com rascunhos dos trabalhos de Estevão de Souza Rezende são os seguintes: D 100; D 769; D 770; D 795 (1); D 994; D 995; D 997; D 1014 (cuja cópia datilografada é o D 1015); D 1016; D 1017; D 1043; D 1044; D 1709.

55. São cópias com letra de Estevão de Souza Rezende os seguintes documentos: D 771; D 1048; D 883; D 928 (publicado por José Honório Rodrigues em Anexo de *Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Bra-*

insistiam em dar sinais de sua presença. No final, descobrem que os seres que apareciam como fantasmas é que eram os vivos; e eles, os mortos que assombravam a mansão.

Os trabalhos do filho em memória do pai: o historiador barão de Rezende na Coleção Marquês de Valença

Entre uma narrativa mais distanciada e outra mais próxima aos documentos e ao modo como o indivíduo experimentou os acontecimentos, a diferença pode ser sentida se compararmos as versões da biografia do marquês de Valença elaboradas pelo seu filho, o barão de Rezende (Estevão Ribeiro de Souza Rezende), que se encontram na coleção do Museu Paulista.

Os trabalhos do filho como historiador são uma das coisas que mais impressionam na coleção. Nela é visível o trabalho de memorização⁴⁹ da trajetória do pai, realizado por ele na elaboração de versões de sua biografia⁵⁰ e na coleção de necrológios – constituída de cópias e recortes de textos biográficos publicados em periódicos após a morte do marquês de Valença⁵¹. É um trabalho de memorização claramente fundado em recursos de historiador⁵². E, além da reconstituição da trajetória do pai em sua vida pública, Souza Rezende voltou-se a outros temas políticos, tendo em vista que há, na coleção, rascunhos de outros escritos pertinentes à política do Império⁵³ e do início da República, período com que é relacionado o conteúdo de um texto a respeito da Inconfidência Mineira⁵⁴. Há nela, também, documentos que constituem cópias feitas pelo historiador⁵⁵, e vários outros que são, na verdade, apêndices de uma versão preliminar da biografia escrita por Souza Rezende, que foram classificados como documentos autônomos⁵⁶. A presença desses apêndices, pulverizados por entre os demais documentos, bem como as pequenas anotações que, em vários deles, sinalizam o estudo minucioso do filho, tornam perceptíveis marcas do trabalho deste sobre o arquivo que seu pai deixou; assim, o arquivo teve sua composição e seu sentido (pelo menos em parte) constituídos *a posteriori*, a partir das intenções de Souza Rezende de interferir na história do período em que viveu.

Indícios dos trabalhos do filho se espalham por uma coleção de documentos em que não são perceptíveis nem unidade, nem coerência, sequer o delineamento claro de uma figura que possa ser definida precisamente como sendo Estevão Ribeiro de Rezende⁵⁷. Deste, percebe-se algo como uma sombra intensa, por entre os textos diversos, boa parte dos quais consiste em significativos fragmentos esparsos pertinentes a diversos períodos e a diferentes atividades de Rezende, que ocupou postos dos mais elevados da política nacional, apresentando desempenho importante em momentos especialmente decisivos para a efetivação do projeto político a que se encontrava ligado, que se configurou na instituição e consolidação do Estado imperial. Em razão dessa atuação política, encontram-se, entre as correspondências da coleção, cartas de políticos dos mais destacados pela historiografia, tais como o próprio imperador D. Pedro I, José Bonifácio de

Andrada e Silva, José Clemente Pereira, Paulo Barbosa da Silva, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi), João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz), Felisberto Caldeira Brant (marquês de Barbacena), e vários outros. Além desses personagens já presentes na historiografia, surgem muitos outros, bem mais obscuros, mas também ligados a ocorrências consideradas decisivas, como aquelas relativas à invasão dos exércitos franceses a Portugal, ao processo de independência do Brasil, ao controle dos conflitos existentes em diversas províncias (antes e depois de operada a separação política), e a outros eventos, talvez menos reluzentes, mas igualmente importantes na sedimentação do Estado tal como interessava ao grupo de Rezende.

Muitos dos documentos da coleção dizem respeito a um período que transcende o da vida do titular do arquivo – dando a entender que são guardados de antepassados e de descendentes – e vários são relativos a personagens com quem esteve ligado por laços familiares, de amizade e de negócios. Entre esses, são mais vistosas as peças pertinentes a seu irmão Geraldo Ribeiro de Rezende; a seu concunhado, Francisco Ignácio de Souza Queiroz; e a seu sogro, o brigadeiro Luis Antonio de Souza. Mas há outros personagens que, entre os do marquês de Valença, têm papéis seus. E isso ocorre com o quase obscuro filho que, diante da variedade da coleção, esforçou-se no sentido de selecionar os documentos necessários para a realização de seu intento: organizar a exposição, coerente e unitária, do percurso de Estevão Ribeiro de Rezende, de modo a exaltá-lo como personagem decisivo para a constituição da “nação”.

Uma biografia despersonalizada

Das versões existentes da biografia do pai feita pelo filho, a última (D 901) – aquela publicada por Afonso de Escagnolle de Taunay, em 1822⁵⁸ – diferencia-se significativamente das anteriores. Tem características que fazem com que pareça ter sido uma versão tida pelo autor como a final. E possivelmente por isso foi a versão escolhida para publicação pelo diretor do Museu Paulista. As versões anteriores (D 904 e D 905) são muito parecidas entre si. A versão D 904 é visivelmente a D 905 passada a limpo. E é muito mais extensa e rica de desenvolvimentos que a versão tida como a final (D 901).

A comparação entre a versão final (901) e a preliminar (904)⁵⁹ fornece significativos elementos para refletir a respeito de diferentes opções de narrativa histórica e de suas imbricações na relação do historiador com as fontes, com os homens do passado e com os leitores do seu tempo.

Em primeiro lugar, a versão publicada (901) é visivelmente diferente, por ter menor extensão, o que sinaliza terem sido feitos cortes expressivos. E o significado de tais supressões é profundo e denso, carregado de implicações. É uma versão bem mais enxuta, pois o desenvolvimento referente a determinadas partes da vida do biografado foi reduzido, e nela também foi adotado um tom narrativo mais despersonalizado. É um texto elaborado para enaltecer a figura do marquês de Valença, exaltando seus feitos no desempenho de cargos públicos

sil, 1822-1823; ver José Honório Rodrigues, 1973); e, ainda, D 1021; e D 1045.

56. Os documentos que, no original, têm a indicação de constituírem apêndices (e que identifiquei como ligados a trechos precisos da versão D 904 da biografia do Marquês de Valença) são os seguintes: D 940 (Apêndice 15 A); D 941 (Apêndice 8); D 942 (Apêndice 16); D 943 (Apêndice 7); D 948 (Apêndice 14); D 949 (Apêndice 1); D 971 a D 973 (4); D 1029 (Apêndice 18 A); D 1047 (Apêndice 13) – este documento contém cópia (manuscrita) da narrativa da viagem a Minas, que foi publicada por Afonso de Taunay em 1822, ao lado da versão final da biografia do Marquês de Valença escrita pelo filho (*Annaes do Museu Paulista*, 1922, p. 469-479); e, ainda, D 1225 (Apêndice 6).

57. Neste sentido, a coleção Marquês de Valença confirma a proposição de Luciana Q. Heymann de que o arquivo pessoal constitui “uma memória particularmente propícia à implosão do indivíduo único e coerente das narrativas autobiográficas”. cf. Luciana Q. Heymann (1997, p. 46).

58. Já citada (nota 50); cf. *Annaes do Museu Paulista* (1922, p. 485-499).

59. Como a versão 904 apresenta poucas modificações em relação à 905, farei apenas a comparação entre ela (que de agora em diante chamarei de versão preliminar) e a versão que foi publicada (901 ou versão final). Só mencionarei o rascunho (905) da versão preliminar nos poucos momentos em que localizei nele alguma diferença notável em relação ao conteúdo da versão 904.

60. Inspiro-me aqui nas reflexões desenvolvidas por Jeanne Marie Gagnebin a partir de conceitos de Walter Benjamin referentes à pobreza de experiência na sociedade moderna, pobreza em que ocorreria a decadência da narrativa, com a prevalência de uma condição em que o indivíduo não teria mais possibilidades de deixar suas marcas nos ambientes e nas formas de comunicação. Condensando o significado dessa imposição, a autora se refere à “regra de ferro que governa a vida moderna, a saber, *não deixar rastros*”; cf. Jeanne Marie Gagnebin (2001, p. 88); grifado no original.

61. Neste sentido, o texto revela as fragilidades que Geovanni Lévi e Pierre Bourdieu apontaram nas biografias tradicionais, relativas à ilusão do traçado de uma trajetória linear e coerente para o percurso do indivíduo. Ver os textos: Usos da biografia, de Lévi, e A ilusão biográfica, de Bourdieu; cf. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (1998, p. 167-182, e p. 183-191, respectivamente).

62. Novamente, a inspiração é a reflexão mencionada de Jeanne Marie Gagnebin. Incorporarei, aqui, a distinção por ela sugerida entre *comemoração* e *rememoração*: “Propria, então, uma distinção entre a atividade de comemoração, que desliza perigosamente para o religioso ou, então, para as celebrações de Estado, como paradas e bandeiras, e um outro conceito, o de rememoração, assim traduzindo aquilo que Benjamin chama de *Eingedenken*, em oposição à *Erinnerung* de Hegel e às várias formas de *apologia*”; cf. Jeanne Marie Gagnebin (2001, p. 91).

63. Ibidem; grifo meu (ESAA).

importantes, em que teria prestado serviços inestimáveis às nações portuguesa e brasileira, revelando a grandiosidade de seu caráter, de suas competências técnicas e políticas, e de seu patriotismo.

Ao mesmo tempo em que realiza essa exaltação do biografado, o autor retirou do texto elementos que, na versão anterior, revelariam a expressão do indivíduo Estevão Ribeiro de Rezende, em passagens que seriam significativas de sua vida; do texto, também foram suprimidos aqueles elementos que evidenciariam o vínculo do autor com o biografado. Tem-se a impressão, ao ler esta versão depois da anterior, que dela foram apagados os “rastros”⁶⁰ tanto do indivíduo biografado quanto do biógrafo. Desaparecidos os sinais de envolvimento emocional dos dois indivíduos com os acontecimentos narrados, o texto ganhou, ao mesmo tempo, um certo tom de grandiloquência destinada a exaltar o marquês – na biografia final, ele parece ter nascido predestinado às elevadas posições que alcançou em sua vida pública⁶¹. Trata-se de um texto visivelmente trabalhado para *comemorar*⁶² a trajetória de Estevão Ribeiro de Rezende.

Também a versão anterior foi, certamente, elaborada tendo no horizonte o intuito de celebrar a trajetória pública do biografado. Entretanto, como se tratava de versão preliminar, não finalizada, o autor concedeu-se a liberdade de lançar ao papel elementos que fornecem ao texto características que o aproximam do que Jeanne Marie Gagnebin, em oposição à comemoração apologética, chamou de rememoração: “Tal rememoração implica uma certa ascensão da atividade historiadora, que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, *abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude*, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras”⁶³.

Não quero dizer que, em algum momento, o trabalho realizado pelo filho tenha sido livre de interesses. Pelo contrário. Penso que é possível divisar na versão preliminar, de modo mais claro do que na última, as intenções políticas do autor. Entretanto, por ser preliminar, dela não foram retiradas características que, sendo mais aproximadas da rememoração – as “hesitações”, os “solavancos”, a “incompletude” –, permitem-nos notar os “rastros” do biografado e do biógrafo, e elaborar conjecturas que ultrapassem as interpretações dadas pelo autor para os acontecimentos, formulando questões que permitem nos situarmos justamente diante daquilo que Gagnebin chamou de “brancos”, “buracos”, e qualificou como “esquecido” e “recalado”.

Na versão preliminar, além da citação de longos trechos de documentos e da menção a um maior número de acontecimentos, há, conforme já dito, uma maior soltura do autor, que parece mostrar-se mais próximo daquilo que é narrado. Para começar, o título da narrativa – Apontamentos ditados pelo marquês de Valença, em 1851, sobre sua vida, anotados e completados segundo papéis de seu arquivo –, sugere uma identidade do conteúdo principal da narrativa com o ponto de vista de Estevão pai. Trata-se de uma coincidência que relativizaria o conteúdo do texto, por expressar nada mais do que a memória do autor do ditado, interessado em manter uma versão favorável de sua trajetória. Entretanto,

o título é enganoso, no sentido de que a maior parte do conteúdo que se desdobra pelas páginas que compõem o documento não corresponde a ele. Deve ter sido aí mantido apenas por se tratar de uma versão preliminar, não da versão final do texto. O ditado do marquês estende-se apenas até o início da oitava página, trecho que corresponde a menos de um quinto do documento todo, sem levar em conta os vários apêndices mencionados no corpo do texto⁶⁴.

No início da oitava página, o filho demarca o ponto em que se inicia o trabalho feito unicamente por ele, anotando que "até aqui chegam os apontamentos do marquês de Valença; de ora em diante teremos de recorrer aos papéis que deixara, ou ao seu arquivo, que sentimos achar-se tão reduzido, por extravios antes e depois de sua morte, principalmente pelo incêndio, que sofrera em 1841, a sua casa, à rua dos Inválidos"⁶⁵.

A demarcação dessa ruptura faz acreditar que o conteúdo de antes era apenas reprodução irrefletida do relato do pai. Entretanto, não foi exatamente o que aconteceu. Em nota anterior, de número 9, o autor questiona o relato do marquês de Valença a respeito de um dos momentos expostos por ele como marcantes em sua vida, pertinente ao ano de 1808: a fuga de Palmela, vila portuguesa em que exercia o posto de juiz de fora, com o abandono do cargo que lhe fora confiado pelo príncipe regente, no período da invasão dos exércitos de Napoleão. O filho questiona a cronologia dos fatos expostos e, com base em documento existente na coleção, põe em dúvida também os motivos que teriam levado o pai a fugir⁶⁶.

A retificação do filho não faz, entretanto, com que a narrativa da fuga de Palmela ditada pelo pai se esmaça no texto, perdendo o seu valor. Perde, sim, enquanto fonte de informação objetiva, mas não deixa de ser reveladora da intensidade com que os acontecimentos se fixaram no espírito de Rezende ao longo dos anos, e da forma como ele tencionava que as ocorrências fossem lembradas. Mesmo com a nota, portanto, o tocante relato da fuga, feito pelo próprio Rezende, em 1851 (43 anos após os acontecimentos, como indica o filho), ainda mantém a sua força. A narração é em terceira pessoa, mas traz pujante a experiência do indivíduo ante circunstâncias extremamente ameaçadoras. Eis o relato que foi suprimido da versão final da biografia:

Seguindo-se desavenças entre as tropas espanholas e francesas, aquelas debaixo do comando do general Solano, e estas do general Kellerman, evacuando as tropas espanholas perseguidas pela cavalaria francesa, acantonada em Setúbal, muitos assassinatos cometeram os franceses, do que queixando-se o juiz de fora ao general Kellerman, mandou este proceder a Conselho de guerra, e foram os autores castigados com prisão e cabeça raspada, e baixa dos postos que tinham; mais fez o juiz de fora, ele com um vereador amigo, salvaram, debaixo do altar da igreja S. Pedro, todos os dinheiros públicos e dos órfãos, que existiam nos cofres. Exigindo o comandante francês 12.000 cruzados, para reparos da cisterna do Castello, e recusando-se o juiz de fora, pretextando estarem exauridos os cofres, foi-lhe ordenada a imposição e derrama pelo povo, recorreu então ao estratagemma de mandar o seu alcaide a Lisboa, procurar dinheiro e assim poupar àquele povo a pedida imposição. [...]

Repetidas porém eram as exigências do comandante francês, quanto a dinheiro, e com

64. Alguns deles se encontram na coleção, classificados com outra numeração, como já sinalizado.

65. Cf. *D. 904, fl. 4v*.

66. "Ditados estes apontamentos 43 anos depois dos acontecimentos, e de memória, posto que do arquivo do marquês de Valença, se reconheça a sua inteira fidelidade, há entretanto neste ponto a seguinte retificação. A sua saída ou fuga de Palmela foi a 25 de agosto já por ocasião de estarem empenhadas as tropas francesas com as inglesas, e em vésperas da restauração de Portugal, /?/ à derrota de Junot seguiu-se o tratado de / Cintra?/ a 30 desse mês; até então esteve sempre firme no seu posto. Nem seriam só essas últimas exigências de dinheiro que o levariam a tal resolução, como vê-se pelo protesto que ele fizera, por ocasião da sua partida. Logo depois de entrarem as tropas inglesas como libertadoras, sob o comando do futuro duque de Wellington, animaram-se [?] os portugueses com a sua redenção, daqui os projetos de reação e perseguição não só contra os estrangeiros, mas contra aqueles que diziam ser os seus partidistas; aleivosamente [?] desafetos lançaram o nome do juiz de fora de Palmela na lista dos que deviam ser perseguidos, não lembrando-se que tudo quanto ele praticara, aliás por determinação do decreto do regente, de 20 de novembro de 1807, e da regência que ficaram em seu lugar quando partira para o Brasil, fora em inteiro benefício do povo"; cf. *D. 904, fl. 34v*; as interrogações entre barras /?/ referem-se a palavra(s) que não consegui identificar. Se a leitura era falha mas os fatos permitiam suposição, essa foi colocada entre barras seguida de interrogação (/Cintra?/). Já as interrogações [?] referem-se a minhas dúvidas quanto a estar correta a leitura feita; essas con-

venções vão ser mantidas em todas as citações deste artigo, onde as houver (ESAA).

67. Cf. *D 904, fl. 3v; fl. 4fv*. Muito expressivos – dos trabalhos, das relações, das tensões e humilhações vivenciadas pelo juiz de fora de Palmela – também se mostram os documentos 974 a 974 (33), que são um conjunto de correspondências recebidas por Estevão Ribeiro de Rezende, pertinentes à lida com as tropas estrangeiras em Portugal. Sobre esse mesmo período, a série de documentos de 976 a 976 (10) contém atestados requisitados pelo juiz de fora para comprovar seus bons serviços ao príncipe.

ameaças contra a sua vida; em tais condições era impossível continuar e permanecer, resolveu pois fugir para Lisboa (nota 9) deixando um criado confidente em sua casa com ordens de nunca declarar o seu destino; e com efeito pelas 10 horas da noite realizou a sua partida, em companhia de um seu escrivão, e teve de caminhar cinco léguas a pé, de Palmela a Cacilhas, onde embarcou e foi se acoitar no hospício de Capelão das Freiras da Madre de Deus. Passados porém dias ali apareceu, também fugitivo, um frei Hermógenes, da ordem de Santiago, e contou então quanto ocorreu, depois da fuga do juiz de fora; na madrugada seguinte o procurou em sua casa o comandante francês, bateu à porta, e não se lhe abrindo, mandou fazer descarga de balas sobre as suas janelas, e entrando, amarraram o criado, ameaçando-o de morte, se não declarasse para onde se tinha ausentado o seu amo; perseverando ele na negativa, para o intimidar, mataram, a tiro de pistola, um dos seus cavalos que estavam na estrebaria, revolveram tudo, e desesperados saquearam a sua boa livreria, e toda a sua mobília e roupa, do que logo fizeram leilão. Soube mais que logo destacaram piquetes sobre a estrada da Moita e sobre a estrada de Cacilhas, com ordem de matarem o juiz de fora onde quer que o encontrassem, e é certo que por instantes o não conseguiram, pois que rompia o dia quando chegaram a Cacilhas, e enquanto o seu escrivão foi alugar um barco, o juiz de fora se escondeu em uma mata de silvas, e viu então passar um piquete que chegando ao porto procurou saber se ali tinha aparecido o juiz de fora de Palmela, e voltaram logo, a galope, para trás. Já ao sair da vila foi-lhe preciso chamar em seu auxílio toda a sua coragem, por ser necessário atravessar um campo (que supunha estar deserto) onde se achavam tropas francesas, o que conseguiu, não sem grande trabalho e dificuldades, por ter sido necessário, reconhecendo ser o único meio de salvação, arrastar-se por entre os olivais, para poder passar sem ser visto⁶⁷.

Como ler este relato e não se interessar vivamente pelo destino desse indivíduo, e pelos conflitos em que esteve envolvido? Mesmo que haja sobrevalorização do acontecido, não deixa de comover, e interessar profundamente, o relato de um homem a respeito de ter tido que, para conseguir escapar da morte, arrastar-se por entre olivais. Aliás, se há sobrevalorização do acontecimento em um relato como esse, tal sobrevalorização pode ser um dado importante para o historiador, haja vista que está relacionado ao modo como o indivíduo rememora determinadas situações. Pode ser que, em termos concretos, como diz o filho, as pressões do comando francês não tivessem feito Rezende fugir de Palmela. Mas a memória posterior do marquês sugere que de tal modo ele sentiu essas pressões, que, se tivesse se deixado levar pelas suas inclinações mais íntimas, poderia ter até abandonado o seu posto, em fuga.

O questionamento do filho a esse ditado do pai é feito com base em um outro relato, feito no próprio episódio da fuga. Trata-se da narrativa que Estevão Ribeiro de Rezende, em 25 de agosto de 1808, num documento classificado como “protestação”, fez registrar por um tabelião de Palmela, para justificar ao Príncipe Regente o abandono do cargo que lhe foi confiado. No momento mesmo em que decidiu fugir, consignou nesse documento os duros serviços prestados e a motivação para a sua partida, tendo em vista asseverar ao Príncipe a sua fidelidade. E, nesse registro dos acontecimentos, podemos ver uma narrativa bem diversa da que o mesmo Rezende viria a fazer 43 anos depois.

Transcrevo a seguir um longo trecho desse documento, tendo em vista resgatar não só as informações, mas todo o clima emocional em que o juiz de fora estava envolvido. No fluxo do texto, é visível o desespero em que se encontrava:

Foram grandes, Senhor, os trabalhos que soube produzir contra mim o poder das armas e da força; eu tenho feito os maiores sacrifícios em tão pesado jugo, a fim de poder manter a boa ordem e tranquilidade entre os povos e as tropas francesas; eu tenho conseguido até este momento, em que vejo entrar a redenção dos portugueses e os seus libertadores; e quando a minha alma começava a alentar as doçuras da esperança, do prazer e da liberdade, é então que uma malevolência de poucos indivíduos tem pretendido ganhar séquito na vila de Setúbal, declarando-me, sem o menor fundamento, partidista francês, e gritando publicamente que eu era do número daqueles que obsequiaram os franceses, e que portanto devia parecer como eles.

Estes indivíduos não têm razão, Senhor, para traçarem tal calúnia; eles querem confundir ações políticas necessárias a todos os homens públicos, e muito mais a magistrados, com ações da alma e internas.

O ser exato nos serviços, obedecer a uma força armada, o salvar em tempos tão calamitosos todo o meu povo em jurisdição dos riscos da morte, e consumir para esse fim as minhas pequenas faculdades; o não dormir de noite e não descansar de dia, para bem lograr os meus deveres; o ser indiferente em obsequiar a todos com uma moderação política; o não desamparar nunca os povos que me estavam confiados por V. A. R.; o ser o primeiro em dar exemplo, aquartelar em minha casa as maiores patentes espanholas e francesas para que o povo, sem se comprometer, e a mim próprio, de melhor vontade recebesse o resto das tropas em suas casas; o ter-me empenhado com as autoridades de Setúbal para orarem pela espera da cobrança do segundo terço da contribuição, pretextando a miséria e a pobreza daqueles povos, o que consegui; o ser causa de reinar a maior tranquilidade entre as tropas e entre o povo; o livrar da morte a uns inocentes homens da aldeia e das cabanas, partindo desta vila pela alta noite, a Setúbal, a orar por eles ao general, tomando sobre mim toda a responsabilidade, e ficando por fiador deles, com o que consegui a sua soltura; o repartir por amigos meus, de probidade, as melhores espingardas do desarmamento decretado aos povos, e recomendando a estes amigos que as bem guardassem para o momento em que fosse preciso usar delas em serviço e em nome de V. A. R.; o ser um acérrimo procurador e defensor dos direitos do povo, do bolso dos seus gêneros e do seu trabalho; buscar o alívio de contribuições de cama e alojamento, em favor do mesmo povo e do Conselho; a moderação e favor com que cumpria certas ordens de extorsões de dinheiro de cofres e confrarias; o cobrar uma contribuição pesada sem levar à praça bens alguns de contribuintes, completando mesmo com dinheiro meu a última remessa, a fim de não sujeitar a cobrança dos que faltavam ao poder militar, como se ameaçava; o obedecer imparcial às ordens, sem me comprometer nem ao povo; o rejeitar grandes despachos que, em atenção de serviços, se me ofereceram, tais como quaisquer das corregedorias de Beja, Elvas [?] e Évora, não querendo nada aceitar senão o lugar de juiz de fora de Palmela, conferido por V. A. R., sempre com o fim de estar mais perto da barra para poder, fugitivo, transportar-me para o Brasil. São estas, Senhor, com verdade as minhas culpas, sem que tenha outras senão aquelas que a malevolência de poucos perversos, que eu conheço, queira com calúnia aplicar-me; o clero, a nobreza e [a] generalidade do povo de Palmela o diga, eu mesmo tenho documentos necessários para justificar-me.

Porém os repetidos avisos que se me fazem de que o meu nome é contemplado na boca da população de Setúbal que, alvoroçada [?] neste momento, cegamente sem admitir a defesa

natural, decreta prisões e mortes, e pode suceder que à primeira voz de um inimigo vingativo decidam da minha existência, sem me darem lugar a justificar a minha inocência, resultando infâmia a minhas cinzas e dos meus parentes, cujos direitos de fidelidade eu devo por todo direito defender e salvar, muito mais quando eu me acho inocente, como Jesus Cristo o era. Não sendo por outro lado, este um dos casos em que o dever de vassalo é [?] morrer a pé [?] firme e só pelo seu soberano e pela pátria, cujos direitos estão a decidir-se pela força das armas; e a não ser isto eu seria o primeiro a pegar nelas em favor dos legítimos direitos de V. A. R., a quem, livre a minha vida do assalto imprudente da população e de algum inimigo, eu posso continuar a servir com alguma utilidade e da pátria: consultando demais a prudência e os conselhos de pessoas sensatas tenho tomado a deliberação de ausentar-me deste lugar e buscar refúgio onde salve a minha vida até que venha ocasião de provar a minha inocência. É este, Senhor, o fundamento verdadeiro da minha ausência, e logo que sossegar o alvoroço da população, eu mesmo protesto aparecer ante V. A. R. para me justificar, e guardadas as formalidades do processo, eu não fugirei à pena que se me irroga pela menor culpa, pois estou inocente. V. A. R. mesmo é aquele que firma a regra de direito – que é melhor perdoar a um culpado do que castigar um inocente – neste último caso eu me contemplo.

Na minha própria casa eu tenho, gostoso, conservado as armas de V. A. R. sem que nunca me atrevesse a riscá-las, conforme se decretou pelo governo francês; eu queria ter a glória, e a esperança me alimentava de ser o primeiro a arvorá-las [?] no estandarte da Câmara; eu não tenho essa glória que outro me roubará; eu as deixo ocultas, com decência, em uma cômoda da minha casa; eu deixo também cobertas as armas de outros lugares públicos, como do chariz, que não foram picadas, como geralmente se decretou, mas só encobertas para as salvar da injúria, porque sempre tive a esperança que os Portugueses honrados e fiéis haviam restaurar o bem que tinham perdido, pelo amor que tem a si mesmos e ao seu legítimo soberano; estes fatos meus todos aparecerão; assim como o ter feito a remessa do patrimônio das sisas e da décima vencida, a fim de ser entregue a seu legítimo senhor, que é V. A. R., o recebedor da sisa testemunha é do que há poucos dias eu lhe disse ao mesmo respeito.

Se for preciso pisar [?] qualquer calúnia, estes fatos eu julgo que, depois de provados, muito decidirão. E para que em tempo algum se não atribua a minha ausência a outra causa, mandei fazer o presente protesto por um tabelião de notas que se assina juntamente comigo⁶⁸.

Esse relato, do mesmo modo que o outro, feito 43 anos depois, é bastante comovente. E além de possivelmente convencer o príncipe – este o objetivo do autor, ao elaborar o texto e registrá-lo –, instiga-nos, enquanto leitores, a buscar mais conhecimento a respeito do período, da atuação de Rezende e da trama em que ela ocorreu. Entretanto, ambas as narrativas desapareceram da versão final da biografia (D 901), em que o filho autor buscou dar um caráter mais frio ao texto. Além disto, também suprimiu o questionamento que tinha feito (na versão 904) ao ditado de 1851; a Protestação é mencionada, mas numa exposição dos acontecimentos que, surpreendentemente, *repete de modo mais contido as informações da narrativa posterior que, com base nela, tinha sido questionada*. Vejamos o texto da versão final:

Falsamente denunciado a Junot, então ditador em Lisboa, por falta de cumprimento de suas ordens, teve de comparecer à sua presença; era conhecido o caráter deste general e a facilidade de sentenciar verbalmente, salvou-se da situação melindrosa graças ao seu amigo

Gomes Freire de Andrade e ao general francês Degrandorge que com ele simpatizara; em tais condições não lhe era possível continuar; resolveu fugir, antes, porém, auxiliado por um amigo, vereador da Câmara, ocultara os dinheiros públicos e os do cofre de órfãos debaixo do altar de S. Pedro, e para ressaltar a sua responsabilidade de magistrado, fez escrever no tabelião de notas uma protestação para que a todo tempo fosse atribuída à verdadeira causa a sua ausência do lugar; nas menores coisas manifestava os seus sentimentos patrióticos, assim para não serem destruídos os emblemas nacionais, como tinha sido decretado pelo governo francês, mandou cobrir de cal e areia as armas reais gravadas em um monumento, e guardara em sua casa o estandarte da Câmara⁶⁹.

Ora, além de só aparecerem as informações do relato do marquês em 1851, sem menção a ele e sem a preservação do desenvolvimento peculiar do texto (marcado pelo caráter de um ditado feito pelo próprio indivíduo participante dos acontecimentos narrados), também foi retirado o conteúdo da nota em que, na versão 904, Souza Rezende tinha questionado a memória do pai, trazendo uma interpretação para sua fuga diferente, e condizente com o relato contido na protestação registrada em 1808. O conteúdo deste último simplesmente desapareceu da versão final. Na elaboração dessa versão, o filho optou por tratar como fato objetivo a informação dada pelo pai em seu ditado de 1851; para isso, realizou um duplo encobrimento: ocultou que se tratava da memória do biografado, naquele momento; e que essa memória era questionável, levando-se em conta a cronologia e os documentos por ele mesmo produzidos no decorrer de sua participação nos acontecimentos. A biografia, deste modo, ganhou uma aparente objetividade e teve enfraquecida a sua vivacidade, porque sofreu uma dupla perda: a do fascínio peculiar aos dois relatos subjetivos e também a da precisão informativa que questionava um deles. Transformou-se num discurso que só não é insosso por trazer o enjoativo sabor da apologia.

O que se mostra na versão final do trabalho de Souza Rezende, além de uma possível intenção de ocultar a existência de desconfiças quanto à atuação do pai em Portugal, é o propósito de dar aparência de objetividade a um discurso que se pretende uma escrita sobre a história do biografado. Trata-se de uma exaltação da figura do marquês, cuja base seria, entretanto, uma observação exterior e superior aos acontecimentos, tendo em vista considerar-se capacitada a julgar da propriedade, da relevância e da grandeza das decisões do biografado. Para alcançar esse sobrevo⁷⁰, precisou descartar-se da densidade da narrativa de quem participou dos eventos relatados. Num trabalho que tivesse um compromisso maior com o resgate da dinâmica dos acontecimentos, essa densidade poderia subsistir, caso a reconstrução biográfica fosse além dos discursos de Estevão Ribeiro de Rezende – como juiz de fora de Palmela e depois como marquês de Valença –, sem, contudo, descartá-los. Não é o que acontece na versão final da biografia. Nela, o autor parece buscar uma desconexão entre o que é narrado e a dimensão mais pessoal dos acontecimentos. Tanto que finaliza afirmando ser o texto que o leitor percorreu “antes uma página de história do que a vida de um homem, cuja individualidade é uma saudosa relíquia de

69. Cf. *D 901, fl. 1v e fl. 2f*, publicado em *Annaes do Museu Paulista* (1922, p. 486).

70. Esta ideia de sobrevo do pensamento advém de Maurice Merleau-Ponty (1975).

71. Cf. *D 901, fl. 11f*.

72. Cf. *D 901, fl. 9f.*

73. Esse apêndice 18 – que consiste em enérgicos pareceres de Nogueira da Gama (datados do Rio de Janeiro, em 24 out. 1824; e 24 fev. 1825) a respeito das negociações feitas por Caldeira Brant de um empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas realizado em Londres, em 1824 (código D 1029) – está, na coleção existente no Museu Paulista, em documento separado.

74. Cf. *D 904, fl. 24v*; Carta de João Severiano Maciel da Costa (visconde de Queluz), datada de 1825, existente na coleção (D 549), confirma essa versão formulada por Souza Rezende. Nela, o autor faz considerações sobre a saída do destinatário do ministério, parabenizando-o por ter se libertado para ir cuidar da consolidação de sua fortuna, e comenta desconfiança (do destinatário) de ter havido intriga; trata do novo ministério e do modo de atuar na divergência com o visconde de Barbacena (Caldeira Brant); neste ponto, aparece a discordância em relação às operações do empréstimo em Londres, de que Barbacena foi um dos negociadores, dizendo (o autor da carta) que se submete porque S. M. I. “aprovou tais operações” (*D 549, fl. 1fv.*). Souza Rezende menciona essa carta no primeiro rascunho da biografia do pai (*D 905, fl. 22f*), mas depois rabisca o trecho em que se refere a ela e, ao passar a limpo, retira-o do texto (*D 904, fl. 24v*). Na versão final, como já dito, sequer é mencionada a relação entre a saída de Rezende do ministério e os debates sobre o empréstimo.

75. Cf. *D 904, fl. 24v.*

76. Cf. *D 904, fl. 37v.*

77. *Ibidem.*

família”⁷¹. Como se, na vida pública e na história, o indivíduo não contasse. E, portanto, uma biografia pudesse ser escrita sem “a vida de um homem”.

Nos trechos suprimidos, as aberturas para a história

Da versão final, desapareceu (do mesmo modo que os relatos do pai e o questionamento do filho sobre a fuga de Palmela) a menção às circunstâncias da demissão de Estevão Ribeiro de Rezende do cargo de ministro do Império, em 21 de novembro de 1825; nela só aparece a data em que Rezende deixou o posto, juntamente com a da nova nomeação, para ministro da justiça (13 de maio de 1827)⁷². Já na versão anterior, o afastamento do cargo é relacionado a desentendimentos em torno de operações financeiras realizadas por Felisberto Caldeira Brant em Londres, em 1824:

Parece que motivos particulares concorreram para a sua demissão, a 21 de novembro, podemos mesmo acreditar que a ela não fora estranho Felisberto Caldeira Brant (depois marquês de Barbacena) com cujas operações financeiras em Londres não concordara, como muitos outros conselheiros; apêndice 18⁷³, a nomeação de Brant [para o ministério da Fazenda] era um apoio moral que queria dar o imperador ao seu negociador, que aliás pouco depois foi substituído por Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi)⁷⁴.

Também o pedido de demissão – com base em alegado motivo de saúde – do ministério da Justiça (feito pelo então conde de Valença), atendido em 20 de novembro de 1827, tem, na versão 904, outra possibilidade de explicação. Dizendo crer “que outras foram as razões que o levaram a desistir do cargo”⁷⁵, o autor transcreve, na nota de número 16⁷⁶, carta do ministro visconde de São Leopoldo, datada de 29 de setembro de 1827, que sugere estar Rezende suplicando por uma demissão coletiva, em virtude de questões relativas “à lei de responsabilidade”. Eis o conteúdo da carta, tal como se encontra transcrita:

Li com o maior prazer a sua carta, em que me anuncia as coisas que se têm passado com nosso amo [?], relativamente à lei de responsabilidades; não tornei a ter um momento vago para redobrar as minhas instâncias para a demissão, tanto por mim aspirada; se porém depois do Conselho de Estado se proporcionar ocasião favorável, V. Ex. queira ajuntar às suas as minhas súplicas, para sairmos todos na mesma conjuntura...⁷⁷.

Nas duas versões da biografia, é valorizada a atuação de Rezende como ministro do Império. Em ambas, Souza Rezende diz ter sido o ministro o responsável pelas “primeiras disposições relativas às nossas sociedades anônimas”, realizadas a partir de comunicação feita pelo conselheiro Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa (visconde de Itabaiana), ministro brasileiro em Londres. Este último teria

comunicado ao governo os abusos que se estavam dando com as concessões para mineração, etc., foram tomadas providências pelo decreto de 12 de agosto, no qual estranhando

o governo tais abusos, estabelecia a inalienabilidade das mesmas concessões sem autorização do governo, a duração do prazo que no máximo seria de 25 anos, responsabilidade dos concessionários pelos atos dos seus agentes e prepostos etc.⁷⁸.

78. Cf. *D 901, fl. 8v*. O mesmo conteúdo se encontra na versão preliminar (*D 904, fl. 24f*).

79. Ver *D 603*.

Na versão final, não há nota nem apêndice referente a tal conteúdo. Na preliminar (*D 904*), há a indicação Apêndice 16 – que não está conectado ao documento, mas encontra-se na coleção, separado (*D 942*). Trata-se da cópia da carta que o ministro brasileiro em Londres endereçou a Estevão Ribeiro de Rezende, em 30 de novembro de 1825, agradecendo-lhe pelo decreto. A carta original também se encontra na coleção (*D 603*). Nesse documento, Gameiro Pessoa, em letra desenhada, agradece a acolhida que o destinatário e o Imperador deram a uma representação sua feita em ofício, acolhimento que se expressaria em decreto que Rezende lhe enviou, pelo qual seriam declaradas “inalienáveis as licenças dadas a empresas de mineração no território do Brasil e ilegítimas e insubsistentes todas as companhias que sem prévia outorga do mesmo Augusto Senhor se hajam formado nos países estrangeiros, para o fim de empreenderem quaisquer trabalhos nesse Império”⁷⁹.

Como observamos, tivesse sido mantido na versão final o Apêndice contendo a reprodução da carta, poderíamos notar com clareza que, para o episódio, Souza Rezende elaborou uma interpretação um tanto edulcorada. Ficaria explícito que a decisão decretada em 12 de agosto de 1825 implicava prejuízos a companhias específicas já formadas no exterior para a exploração dos negócios mineradores, prejuízos infligidos tendo em vista, seguramente, o benefício de outra(s) companhia(s), a favor de quem atuaram, nesse momento, os dois ministros, em Londres e no Brasil. A carta não nos permite identificar essas empresas. Mas indica o vínculo dos ministros com tais negócios, e instiga a desvendá-los com mais precisão.

Também me pareceu exageradamente suavizada a maneira como o filho interpretou, nas duas versões, o envolvimento do pai com o governo da regência trina permanente. Mas no rascunho pelo menos deixou transcritos documentos que dão margem a reflexões mais densas por parte do leitor. Na versão final, o conde de Valença é mencionado como conselheiro do regente Costa Carvalho; e, por meio de citação de Justiniano José da Rocha, é destacada a atuação formal de Valença como senador:

Por mais que se queira impopularizar o aulicismo dos ministros de Pedro I contraposto ao liberalismo de 7 de abril, o que é certo é que foi no Senado que encontraram as regências o elemento conservador de que careciam para poderem atravessar a quadra revolucionária que em seus efeitos perdurariam até a maioridade, Costa Carvalho o meio [?] regente político pelas suas relações, pelo seu passado e capacidade era com o Conde de Valença que se entendia nas dificuldades do governo na tormentosa quadra da regência, foi então inexcusável a dedicação do seu patriotismo; Justiniano José da Rocha conhecedor da história pátria e política, contemporâneo dos acontecimentos, escrevendo a sua biografia, diz: “Compreendeu o Conde de Valença que mais rigoroso lhe corria o dever de não desamparar a nau do Estado nos mares alterados [?] entre os recifes em que o arrojavam as paixões

80. Cf. *D 901, fl. 9v; 10f.*

81. Cf. Octávio Tarquínio de Sousa (1988, p. 90); grifo meu (ESAA).

82. *Ibidem.*

populares. Quando tudo está desesperado ainda resta uma esperança, a de diminuir o mal e de diminuir o sofrimento; nessa convicção formou o digno Conde essa egrégia falange de senadores que incansáveis opuseram sua energia à invasão da democracia; e que assim, embora o senado então, por falta de apoios na opinião, não exercesse força ativa, todavia salvaram o país de muitas calamidades, opondo a força da inércia aos impulsos desregrados, às exigências demagógicas da quadra. Sempre firme na linha de proceder que a salvação do Estado lhe traçava, o Conde de Valença teve enfim a fortuna de ver serenar a tempestade, ressurgirem melhores tempos e o infante augusto sobre cujo berço tantas lágrimas havia derramado o patriotismo, receoso das calamidades que toda a prudência mandava prever e prevenir, sentar-se rodeado de /?/ amor, no meio do entusiasmo de todos, no trono de seu pai”⁸⁰.

Na versão mais extensa (904), Souza Rezende desenvolve um pouco mais as considerações, ao apresentar informações que demonstram um envolvimento muito mais intenso de Valença com Costa Carvalho do que o sugerido no outro manuscrito (901), em que o senador aparece quase como um conselheiro distanciado. Vale a pena acompanhar o texto mais extenso em questão, pois podemos divisar, ainda, informações que sugerem uma interpretação mais nuançada do que a oferecida por Octávio Tarquínio de Souza para a tentativa de golpe de julho de 1832. Este autor sugere a ideia de uma certa inércia dos regentes, diante das manobras do agrupamento que elaborou meticulosamente todo o plano do golpe, que teria sido logrado pela intervenção magistral de Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro marquês de Paraná), na Câmara. Ao narrar o início da execução do plano (elaborado em reunião secreta em Pouso Alegre), Tarquínio afirma: “Quanto à Regência trina, composta de Francisco Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, *nada autoriza a pensar que tivesse querido resistir ao projetado golpe*”⁸¹.

A regência, segundo Tarquínio, teria consultado o Conselho de Estado apenas para obter sua aquiescência, ou então para “eximir-se de responsabilidades”⁸².

Nessa versão mais extensa da biografia, os documentos citados por Souza Rezende referentes à tentativa de organização de novo ministério por parte da Regência, no momento mesmo em que era tentado o golpe por parte do grupo de Feijó, sugerem bem menos passividade do que Tarquínio faz crer, ao mesmo tempo em que mostram uma grande proximidade entre Costa Carvalho e Valença, inclusive com a participação deste último nos esforços de recomposição ministerial:

A 18 de junho [de 1831], a Assembleia Geral Legislativa elegeu a regência permanente, composta de Lima e Silva, José da Costa Carvalho (depois marquês de Mont’Alegre) e João Bráulio Muniz.

No ministério então organizado era ministro da justiça o padre Feijó; nos distúrbios que continuaram a dar-se no Rio de Janeiro, o elemento militar é o que mais sobressaía como vê-se da manifestação da regência, a 15 de julho e decretos de 17; o ministro da justiça teve de proceder com a maior energia, em bem da tranquilidade e ordem social; para inutilizar o partido restaurador pediu à Câmara dos deputados a exoneração de José Bonifácio da tuto-

ria dos príncipes, caindo no Senado a proposta da Câmara; foi a ocasião de demitir-se Feijó e com ele os outros ministros saíram. Estabeleceu-se crise muito séria por não poder a regência organizar ministério influente.

Ao Conde de Valença recorreu o regente Costa Carvalho, para intervir junto a Bento Barroso Pereira; este respondeu a princípio: [...] "Às 9 horas, ou pouco depois, estarei presente, mas, meu caro Snr., creio que só nisso poderei mostrar a minha obediência". [...] Comunicada a sua negativa, escreveu Costa Carvalho ao conde de Valença:

"Agora vejo o caso pior do que nunca. O meu colega o Sr. Bráulio sabendo que se não pode organizar ministério com Vergueiro e Barroso, está resolvido a pedir a sua demissão; e eu posto conheça toda a extensão dos males que se vão seguir, não posso também continuar. Um ministério da facção que nos dilacera não está em meu caráter, nem em meus princípios chamá-lo. Um ministério obscuro não faria senão, por poucos dias, retardar o desmoronamento de tudo isto, dando tempo às facções, para melhor regularizarem e concertarem seus planos; e o ridículo e o vilipêndio cairiam sobre a regência, que também se não poderia sustentar. Nestas circunstâncias, entre dois tão grandes males, estou resolvido a acompanhar o Snr. Bráulio, fazendo aquilo que, se não fora a causa pública, já teria feito, pois a isso me chama o meu interesse particular, e a íntima convicção em que estou de que não sou o homem próprio para semelhante época.

Faço-lhe este aviso, não para que o comunique a alguém, mas *para que V. Ex^a tome as suas medidas.*

Paço, 28 de julho de 1832⁸³. [...]

A 3 de agosto aceitou Bráulio Barroso a pasta da guerra e interinamente da Marinha, e os seus dois companheiros Pedro de Araújo Lima e Ant^o Fran^o de Paula Hollanda Cavalcanti acumularam as outras pastas; este ministério foi a 13 de setembro [?] substituído por outro organizado por Vergueiro⁸⁴.

Na versão mais enxuta (901) também não aparece uma consideração importante, feita na anterior (904), acerca das relações do conde de Valença com o regente Francisco de Lima e Silva, de quem (nessa anterior) é citada uma carta muito significativa, escrita ao senador em 15 de dezembro de 1834:

Entretinha o Conde relações, e era considerado não só pelo regente Costa Carvalho, mas também por Francisco de Lima e Silva; este, feita a reforma constitucional, e tendo-se de proceder à eleição do regente, dirigiu-lhe a seguinte carta que, de algum modo, espelha a consideração que entre si distribuíam-se os homens da revolução:

"Ilmo. Exmo Snr.

Depois que V. Ex foi, não tive notícias, o que muito sinto, terá sabido como, com a morte de D. Pedro, terminou o drama político de Portugal, ficando na orfandade os nossos restauradores aqui, que tantas asneiras fizeram, Deus lhes perdoe.

Trata-se da eleição do regente, negócio que de certo vai decidir da sorte do Brasil, e infalivelmente da monarquia; V. Ex. não deve ser indiferente a isto, porque tem a perder; escreva para S. Paulo e Minas para que vejam quem nomeiam; o padre Feijó descaradamente pre-

83. O original desta carta está na coleção, com o códice D 622; há cópia dela no documento D 994.

84. Cf. D 904, fl. 25v; 26fv; grifo meu (ESAA).

85. Costa Carvalho retirou-se para S. Paulo em 1833; Bráulio Muniz faleceu durante a legislatura. (Nota do autor do manuscrito).

86. Cf. D 904, fl. 27v; 28f. O original desta carta encontra-se na coleção (D 635). Também está copiada em D 994.

87. Cf. D 960. Na coleção há, também, cópias (D 767 e D 768) de ofícios de Estevão Ribeiro de Rezende como chefe de polícia interino que auxiliou no combate à revolução em Minas. Entretanto, levando em conta a data e o cargo, deve tratar-se de outro filho do conde de Valença, que tinha sido presidente da província de Mato Grosso e veio a ser o barão de Lorena.

tende; Vasconcellos solicita votos em Minas, e no norte é candidato Manuel de Carvalho e Barata; veja V. Ex^a em que mão irá cair isto, e o inocente imperador...

Não quero com esta exposição inculcar-me, ao contrário, tomara ver-me livre destes ingratos; porém não desejo ver o Brasil em república, o que sucederá se qualquer dos acima indigitados empolgar o mando; eis o resultado da reforma a que deu causa a desgraçada ausência do Snr. Costa Carvalho⁸⁵; Deus lhe perdoe." [...] ⁸⁶.

Conforme vemos, a carta do regente sugere um distanciamento de Valença das demandas mais imediatas da luta política, já após a reforma da Constituição em 1834. Por isso é instado veementemente a atuar nos bastidores, para o que é lembrado de que tem a perder. Teria Valença atendido ao apelo de Lima e Silva? O documento, que evidentemente não traz resposta para a questão, sinaliza que o então conde pode ter atuado como lhe foi pedido; de qualquer modo, a carta testemunha uma suposição, pelo regente, de grande influência de seu interlocutor em São Paulo e Minas.

Desapareceu das duas versões uma informação que é ressaltada em anotação de Souza Rezende a uma das cartas existentes na coleção: a de que o conde de Valença teria contribuído com as forças governamentais no combate à revolução de Minas em 1842. Trata-se de uma ordem do major Fortunato Barbosa de Meneses a Ricardo Rodrigues de Andrade, administrador da fazenda S. Luiz (de propriedade do conde de Valença), datada do Quartel de Comando Geral da 2^a Coluna do Rio Preto, em 17 de julho de 1842, requisitando duas juntas de bois e dois escravos. No verso da segunda folha, há a seguinte observação, com letra que parece ser a de Souza Rezende: "Serviços prestados a bem da legalidade pelo Conde de Valença na Revolução de Minas no ano de 1842"⁸⁷.

Também há silêncio, nos textos, sobre a contribuição de Estevão Ribeiro de Rezende nas negociações referentes ao reconhecimento da independência (questão presente nos documentos 597, 598 e 602), e sobre o envolvimento do biografado com a fábrica de Ferro de São João de Ipanema (sobre a qual há seis documentos na coleção).

As duas versões ressaltam a atuação do biografado, quando ministro do Império, na decisão de erigir o monumento à independência no Ipiranga; e na de iniciar-se o sepultamento em cemitérios.

Por fim, e especialmente, faz-se também presente – e de maneira muito forte em ambas as versões – a exposição de diferenças entre Estevão Ribeiro de Rezende e José Bonifácio, de modo evidentemente favorável ao primeiro. Entretanto, esse contraste é demonstrado de modo bem mais econômico na versão que foi publicada. Nesta última, Souza Rezende não deixa de citar carta de José Bonifácio, que foi publicada no jornal *Aurora Fluminense* (em 9 de maio de 1832), em que ficaria clara a sua posição, no sentido de que, no período da convocação dos procuradores gerais, a junta governativa de Minas (reticente quanto a reconhecer a autoridade do príncipe regente) fosse reduzida à obediência por meio da força. Expor tal posição de Bonifácio, e isso após narrar

o sucesso de Rezende na realização de manobras que teriam auxiliado o príncipe a lidar pacificamente com os recalcitrantes, parece ter intenção de ridicularizá-la:

Fora esta viagem resolvida por [?] informações fidedignas e a conselho de Estevão Ribeiro, conhecedor do espírito público da província, e muito contrário a que fossem mandadas forças que reduzissem o governo à obediência, como parece entendia José Bonifácio, que era – [?] e pessimista, do que deu prova com o governo provisório de S. Paulo, e se lê em sua correspondência publicada na *Aurora Fluminense* de 9 de maio de 1832, que referimos por ser histórica: “Estive à espera ansiosamente pela remessa dos malévolos de Minas, para os fazer imediatamente processar e castigar com todo o rigor das leis. Devo levar ao conhecimento de V. A. R. quais os votantes para as monstruosas atribuições do governo de Minas Gerais, foram os deputados das Cortes José Custodio Dias, Velloso e Jordão...”⁸⁸.

Também não parece isento da intenção de exercer um triunfo póstumo sobre os Andrada o destaque, feito por Souza Rezende – ainda na versão final –, da coincidência entre a nomeação de seu pai para o importante cargo de intendente geral de polícia e a demissão de José Bonifácio do ministério, em 17 de julho de 1823, seguida da deportação dos três irmãos Andrada:

Em 17 de julho tendo sido demitido o ministério Andrada, na mesma data, foi nomeado intendente geral da polícia, em substituição ao desembargador João Ignácio da Cunha [visconde de Alcântara], tão acertada fora a sua escolha que nem pela mudança do ministério, nem pela dissolução da Constituinte a 12 de novembro houve a menor desordem no Rio de Janeiro, entretanto por esta ocasião tinham sido deportados, entre outros, os três irmãos Andradas, influentes e preponderantes em certa classe da população no Rio, e que em outubro do ano anterior, tendo dado José Bonifácio e Martim Francisco a demissão de ministros, foram reintegrados pelas reclamações dos seus partidistas, impondo ao imperador a deportação de Ledo, José Clemente e outros, cujos sentimentos pela independência do Brasil eram manifestos, mas eles mal vistos e tidos como demagogos pelos Andradas⁸⁹.

Apesar de tais rusgas com Bonifácio e seus irmãos aparecerem na versão final da biografia, elas não apresentam, ali, toda a intensidade e o desenvolvimento com que estão expostas na versão anterior, tanto na passagem referente à viagem a Minas – em que Estevão Ribeiro de Rezende teria tido participação fundamental –, quanto na passagem referente à viagem a São Paulo, feita pelo príncipe tendo em vista contornar os conflitos de que participava ativamente Francisco Inácio de Souza Queiroz, parente com quem Estevão Ribeiro de Rezende mantinha correspondência.

No contexto da exposição da viagem a Minas, além de ironizar a diferença da estratégia pensada por José Bonifácio para lidar com os resistentes mineiros, Souza Rezende faz, na nota de número 13 da versão preliminar, um comentário negativo sobre o modo como Bonifácio tratou os sucessos de Rezende em Minas: o ministro teria procurado impor silêncio a tais êxitos. Teria confeccionado o discurso do Imperador para a abertura da Assembleia Constituinte de modo a apagar a atuação do mineiro:

88. Cf. *D 901, fl. 5fv*. Foi feita transcrição desse mesmo trecho de correspondência de Bonifácio na nota 13 do *D 904*.

89. Cf. *D 901, fl. 6v; 7f*.

90. Cf. *D 904, fl. 35f*; sublinhado no original.

91. Cf. *D 904, fl. 35fv*. O apêndice mencionado deve ser o D 883, embora não haja nele nenhuma sinalização neste sentido.

92. *D 904, fl. 35v; fl. 36f*; sublinhado no original.

Nota 13 – José Bonifácio que parece timbrava em desconhecer os serviços e patriotismo dos outros, e só exaltar os da sua família (veja-se o decreto de 30 de julho de 1822, nomeando seu irmão Martim Francisco para ministro da fazenda), no discurso que confeccionou para ser lido pelo imperador na abertura da assembleia constituinte, referindo-se à viagem a Minas, diz: “Marchei para lá, com os meus criados somente, convenci o governo e seus seguidores do crime que tinham perpetrado etc.” Não fossem o seu secretário interino e o desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, não sabemos qual teria sido o sucesso da viagem de D. Pedro⁹⁰.

No mesmo comentário à fala do trono redigida por Bonifácio, o autor faz menção a deturpações sobre o sentido dos conflitos de São Paulo, que obrigaram o imperador a viajar a essa província:

Nem foi só essa inverdade da fala imperial; referindo-se a São Paulo diz que a viagem fora empreendida “por causa de um partido de portugueses e brasileiros degenerados, totalmente afeito às cortes de Portugal”, o que é inexato, bem sabia José Bonifácio qual a razão da oposição pessoal que ele e sua família sofriam nessa província; igualmente o conhecia o príncipe, por informações de Estevão Ribeiro que andava em dia com o movimento de S. Paulo, pela minuciosa e frequente correspondência que tinha com Francisco Ignácio de Souza Queiroz, seu cunhado, cartas essas que existem colecionadas e que vão em app. 13 A⁹¹.

Na sequência, encontra-se um relato (divertido!) referente aos conflitos paulistas:

A propósito dos fatos em S. Paulo, nos papéis de família lê-se o seguinte episódio. Passando certo dia (em 1822) José Bonifácio montado em seu cavalo russo, por baixo das janelas de Estevão Ribeiro, olhando para cima, dirigiu-se a este, que casualmente aí achava-se: Senhor Rezende tome conta com o seu cunhado (Francisco Ignácio); este, que não era homem que sofresse a menor impertinência, respondeu logo: Senhor José Bonifácio queira ter a bondade de subir, e instou para que declarasse o que tinha sucedido, foram-lhe porém repetidas as mesmas palavras – tome cuidado com seu cunhado; disse-lhe então Estevão Ribeiro – Se meu cunhado é criminoso há de ser castigado como se fosse estranho, mas se não é fique V. Ex. certo que há de encontrar amigos que o defendam, então a verdade há de ser descoberta; alterando-se José Bonifácio respondeu – eu não sei disso, tome conta com seu cunhado, e também os que estiverem comprometidos nos seus crimes, Snr. Rezende... Snr. José Bonifácio, isto não se entende comigo, antes devem recair as suas palavras sobre V. Ex. e os seus parentes que bastantes provas têm dado do seu patriotismo...

Mais do que ninguém conhecia José Bonifácio a injustiça de seu proceder contra Francisco Ignácio, e o próprio príncipe, depois da sua viagem a S. Paulo, decretou que cessasse a devassa sobre os sucessos de 23 de maio (expulsão de Martim Francisco do governo provisório) – decreto de 23 de Set. 1822; ora estes sucessos não se podiam confundir com a existência de um partido de portugueses e brasileiros degenerados, afeitos totalmente às Cortes de Lisboa! Uma causa particular, questões de influência da família Andrada [?] é que foi degenerada em perseguição política⁹².

A versão preliminar deixa bem mais clara a postura antiandrada do autor da biografia, que com isso partilha um posicionamento familiar já presente na geração anterior.

Sinalizando a existência de intenções de Souza Rezende de diminuir a importância histórica de José Bonifácio – e aumentar a do pai –, há, na coleção, uma carta do conde de Iguassu, Pedro Caldeira Brant (filho de Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena), datada de 11 de junho de 1880, elogiando os Estudos Histórico-Políticos, folhetos publicados pelo filho do marquês de Valença, em virtude justamente de questionarem o valor da atuação do Andrada na independência⁹³.

Em 1902, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* de São Paulo, Souza Rezende participou de debate com Toledo Piza a respeito da bernarda de Francisco Inácio, questão que, segundo Vera Bittencourt, opôs andradistas e antiandradistas “por todo o século XIX e, mesmo, início do século XX”⁹⁴. A carta do filho de Caldeira Brant e os pontos levantados na biografia de Estevão de Souza Rezende nos fazem acreditar que, além da bernarda, essas disputas alcançavam muitas outras questões. E que nelas talvez residam as motivações de Souza Rezende para todo o seu esforço no sentido de fortalecer a memória dos feitos políticos de seu pai, por meio dessa seleção, e sistematização, enaltecendo de documentos que deixou. É possível que tais disputas – ligadas aos conflitos de interesses presentes na província (e depois estado) de São Paulo – motivem os confrontos em torno da importância de cada um dos personagens, Bonifácio e Valença, na constituição e consolidação do Estado no Brasil.

Como o percurso realizado na segunda parte deste artigo mostra, a versão preliminar da biografia do Estevão Ribeiro de Rezende feita pelo filho, além de mais vivaz que a versão final, também se mostra mais rica, tendo em vista que, não sendo tão fechada quanto a última, abre para os leitores a possibilidade de realizar, a respeito do conteúdo de determinados documentos, interpretações diferentes das elaboradas pelo próprio autor; e também permite a formulação de interrogações que instigam o leitor a uma exploração maior e autônoma dos documentos da própria coleção, ensejando, assim, o desdobramento em pesquisas que, tendo como ponto de partida esses documentos, sigam em frente em busca de outras fontes que ajudem a iluminar pontos ainda muito obscuros do desenrolar da vida de Estevão Ribeiro de Rezende e da história do Império do Brasil. Nesse sentido, essa versão nos faz ver a importância da adoção, na escrita da história, de procedimentos narrativos que permitam um contato maior do leitor com o conteúdo das fontes, de modo que possa não só confirmar a propriedade, ou não, das interpretações sugeridas, mas também ter mais liberdade para formular diferentes conjecturas e interrogações. A versão preliminar da biografia de Rezende feita pelo filho nos mostra, assim, o valor – também no âmbito da história – da opção que, na psicologia social, Ecléa Bosi (1994) e Paulo de Salles Oliveira (1999) realizaram: aquela de incorporar, no interior do próprio texto, as falas dos sujeitos pesquisados, elaborando o trabalho numa “partitura de canto a três vozes”⁹⁵, isto é, a do próprio autor, a dos autores de referência e a dos sujeitos pesquisados.

93. Ver D 947. Pedro Caldeira Brant diz concordar com “as observações judiciosas” feitas por Souza Rezende “acerca do José Bonifácio de Andrada não ser o patriarca da Independência”. Mas, sinalizando a existência de disputas mais amplas em torno da memória da independência, lamenta a não inclusão do nome de seu pai, o marquês de Barbacena, “como um dos patriotas brasileiros que teve primeiro a idéia da independência de seu país, e que depois tanto trabalhou para que se efetivasse”. Oferece folheto publicado pelo Conselheiro Rebouças, “onde V.S. poderá ler o que se passou na Bahia no dia 10 de fevereiro de 1821, e o proceder tão digno e corajoso de meu Pai”. Oferece também “uma cópia de parte da biografia de meu pai publicada pelo francês Sisson na sua Galeria dos Brasileiros ilustres”. Lembra outros serviços de seu pai, sem relação com a Independência. Anexo, há um rascunho de resposta. O autor agradece tudo que recebeu, e reconhece a importância de Barbacena na independência e na consolidação das instituições. Justifica a ausência do nome dele em seu texto com a afirmação de que esse teria foco apenas na corte. (Nos textos de Rezende que se encontram na coleção, há, ainda, menções negativas aos Andrada nos numerados D 1015 e D 1016.)

94. Cf. Vera Lúcia Nagib Bittencourt (2006, p. 91).

95. Cf. Paulo de Salles Oliveira (1999, p. 58).

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Museu Paulista: Divisão de Acervo e Curadoria

FUNDO MARQUÊS DE VALENÇA.

FUNDO MUSEU PAULISTA. Grupo Direção e Administração. Série Correspondência. Pastas 104 e 105.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS

ANNAES DO MUSEU PAULISTA, 1. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1922.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. O lugar da política: Estevão Ribeiro de Rezende, marquês de Valença. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (Org.) *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 81-97.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Paulo Pereira. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*, II, 2. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 28-30.

COMTE, Auguste. Primeira Lição [do Curso de Filosofia Positiva]. Trad. José Arthur Giannotti. In: COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3-20.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

FRANÇA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Discutindo a memória de protagonistas do Império*. Estudo do Fundo Marquês de Valença pertencente ao acervo do Museu Paulista. Relatório Final de Iniciação Científica, Museu Paulista, São Paulo, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 85-94.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. L. L. Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HEYMANN, Luciana Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 40-66, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. O mundo burguês (1848-1875). Trad. Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Conceito de iluminismo. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. Vários tradutores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 89-116.

LEFORT, Claude. Marx: de uma visão da história a outra. In: _____. *As formas da história*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes; Marilena de Souza Chauí. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 211-249.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marco A. da (Org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 37-64.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. Trad. Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *A astúcia liberal*. São Paulo: Ícone; Editora Universitária São Francisco, 1999.

OLIVEIRA, Conselheiro Albino José Barbosa de. *Memórias de um magistrado do Império*, rev. e anot. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Nacional, 1943.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1999.

PIRES, Francisco Murari. Maquiavel e Tucídides: o(s) olhar(es) da história e as figurações do historiador. *Revista de História*, São Paulo, v. 162, p. 51-68, jan.-jun. 2010. Edição especial.

PROCHASSON, C. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, 1822-1823*. Brasília: Senado Federal, 1973. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf>. Acesso em 24 jun. 2011.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta (trad. Dora Rocha). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Três golpes de estado*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

THE OTHERS. Direção: Alejandro Amenábar. Produção: Fernando Bovaira, José Luis Cuerda e Park Sinmin. Intérpretes: Nicole Kidman, Christopher Eccleston, Fionnula Fanaga, Elaine Cassidy, Eric Sykes e outros. Roteiro: Alejandro Amenábar. Estados Unidos/Espanha: Estúdio Miramax Filmes et al., 2001. Produzido por Imagem Filmes. 1 DVD Duplo (105 min).

Artigo apresentado em 7/2010. Aprovado em 3/2011.